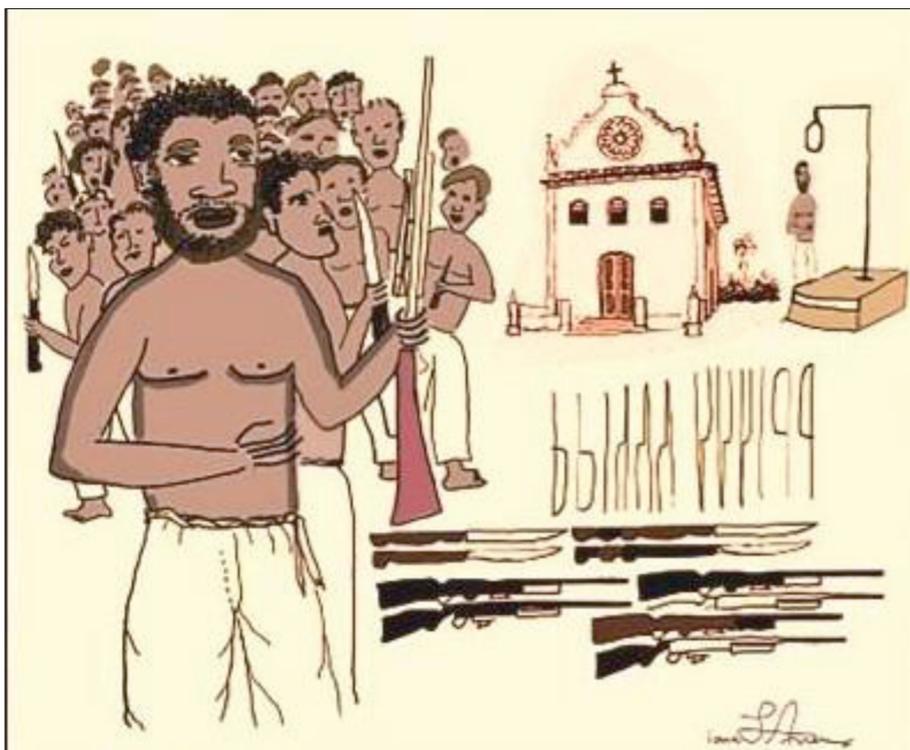




Clério José Borges

**A MULHER HEROÍNA DO QUEIMADO:
AISHA KETO KOROWE DETOKUMBO**
BENEDITA TORREÃO, PRINCESA QUE VEIO DE ALÉM-MAR



**REVOLTA DOS NEGROS ESCRAVOS
DA FREGUESIA DO QUEIMADO**

2023





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Borges, Clério José

A mulher heroína do queimado : Aisha Keto Korowe Detokumbo:
Benedita Torreão, princesa que veio de além-mar : revolta dos
negros escravos da Freguesia do Queimado / Clério José Borges;
ilustração Dalva Silveira.

1ª Edição: Serra - Vitória - Vila Velha, ES - Editora Canela Verde, 2023.

ISBN 978-65-991059-5-1

1. Cultura negra 2. Folclore - Brasil
3. Escravos - Brasil - História 4. Escravos - Brasil - Insurreições, etc.
5. Espírito Santo (ES) - Descrição 6. História do Brasil
7. Mulheres negras - Brasil - História 8. Negros - Brasil - História
9. Queimado, Serra – Espírito Santo (ES) - História
- I. Silveira, Dalva. II. Título.

23- 143390

CDD - 981.0481

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Rebelião : Escravidão : História 981.0481
Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Os originais desta obra encontram-se arquivados na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e registrados no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional. Impresso no Brasil. Depósito Legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto N.º 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

**“A mulher heroína do Queimado: Aisha Keto Korowe Detokumbo, Benedita Torreão, princesa que veio do além-mar.”
- Revolta dos Negros Escravos da Freguesia do Queimado. 1ª
Edição: 2023.**

Produção: Suzi Nunes

Revisão: Prof. Jáder Cavalcante.

© **Copyright de Clério José Borges de Sant’ Anna**, Rua dos Pombos, 2, Eurico Salles, Carapina, Serra, ES. CEP: 29160 -280
Tel.: (27) 33 28 07 53 / (27) 9 92 57 82 53.

Todos os direitos reservados ao autor. **É permitida a reprodução parcial desta publicação sem necessidade da expressa autorização do autor, desde que seja citada a fonte, ou seja, esta presente obra.**



DEDICATÓRIAS

O autor dedica esta obra para as seguintes pessoas:

Lyra Borges de Sant' Anna (In Memoriam)

Eno Teodoro Wanke (In Memoriam)

Zenaide Emília Thomes Borges

Clérighom Thomes Borges

Cleber José Thomes Borges

Emília Birschner Thomes (In Memoriam)

Christal Fraga Borges

Marina Araújo Borges

Andréia da Silva Fraga

Jeani Araújo Monteiro

José Borges Ribeiro Filho



SERRA

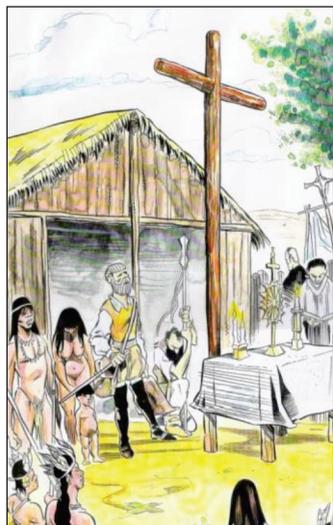
Poema de CLÉRIO JOSÉ BORGES

**Serra, município onde a natureza,
Em formas infinitas todo dia,
Mostra encanto em inebriante beleza,
formando terra de intensa magia.**

**Nesta terra, a sua melhor riqueza
É seu povo trabalhador, que cria
Esperança de uma grande certeza
De que aqui só haverá paz e alegria.**

**Serra do Mestre Álvaro tão imponente,
Do seu povo amigo, nobre e valente,
Agora se expande em tecnologia.**

**Serra, dos Congos de São Benedito,
Do Queimado, de um povo nobre, bonito,
A quem presto homenagem em poesia.**





CLÉRIO JOSÉ BORGES

A MULHER HEROÍNA DO QUEIMADO:

AISHA KETO KOROWE DETOKUMBO

BENEDITA TORREÃO, PRINCESA QUE VEIO DE NIÊM-MAR

REVOITA DOS NEGROS ESCRAVOS
DA FREGUESIA DO QUEIMADO



COLEÇÃO
ESCRITORES CAPIXABAS

APOIO:

Funcultura

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura





PREFÁCIO

Clério José Borges de Sant' Anna é um renomado historiador, que se especializou em história da Serra, cidade do Estado do Espírito Santo. Ele reside no município da Serra e possui o honroso título oficial de Cidadão Serrano. Trabalha ardentemente pela causa do município. Se isso não bastar para explicar sua paixão pela Serra, a explicação certamente estará no mundo metafísico, o destino atribuído a cada um ao receber do infinito o sopro de vida:

MISSÃO: essa é a palavra-chave. A única que consegue explicar os desígnios de sua sina, que vou tentar resumir de forma ficcional, bastante agradável ao gosto do povo brasileiro, apaixonado pelo romance da vida. Reza a lenda: "Clério, o historiador", que o guerreiro José Borges, em sua campanha pelo Reino de ARUANDA, se apaixona perdidamente por "CLIO", a musa da história e a desposa. Assim conquista seu nome de guerra: "Clério, o historiador". Pela ousadia de um mortal invadir o mundo etéreo e desposar uma vestal, recebe a punição de navegar por dois mares adversos: o "Mar de Aleteia", a deusa da verdade, e o "Mar de Loki", o deus nórdico do embuste, enfrentando suas procelas e todos os seus percalços. Desse consórcio, nasceu a princesa africana "AISHA KETO", herdeira absoluta do real e da fantasia. Como Homero, ele acaba registrando, em seu diário de bordo, cada momento instigante, que oscila entre a verdade absoluta e a ficção, que voa nas asas do vento da imaginação. Essas são as raízes do romance que escreve: "AISHA KETO KOROWE DETOKUMBO, A MULHER HEROÍNA DO QUEIMADO." Mitologias à parte, Clério José Borges mergulha fundo nas pesquisas, revira documentos, efetua visitas técnicas e, como se não bastasse, ainda participa de um teatro, junto com a família e amigos atores e introjeta em cena o Frei Gregório José Maria de Bene, coprotagonista do episódio histórico: Insurreição de Queimado. Com tanto empenho, o livro se materializou no plano físico e aí está, para que, ávidos do conhecimento, degustemo-lo sofregamente!

João Roberto Vasco Gonçalves - Escritor e historiador. Secretário Geral da ACLAPTCTC. Acadêmico da Imperial Academia de Ciências Históricas São Constantino e Santa Helena. Acadêmico do Conselho Internacional das Academias de Artes, Ciências e Letras- CONINTER. Acadêmico da Academia Cariaciquense de Letras. Acadêmico Titular da Academia de Letras Jurídicas do Espírito Santo e Acadêmico Titular da Academia de Letras de Vila Velha.



APRESENTAÇÃO

A presente obra procura explicar a luta da mulher heroína do Queimado, de nome africano Aisha Keto Korowe Detokumbo e de nome aportuguesado Benedita Torreão, a Bastiana do Queimado, princesa que veio do além-mar, benzedeira e médica do povo. A mulher empoderada, forte e participante de uma revolta marcante na luta dos negros pela alforria, pela liberdade.

Este livro procura preencher uma lacuna existente. Mostra a participação da mulher, em um movimento que, até então, era só de homens negros. Da mulher nada se sabia.

A missão do historiador é resgatar a verdade, de forma clara, completa e objetiva. É narrar, de forma científica, os acontecimentos, procurando mostrar a veracidade dos fatos. Assim, os historiadores estão sempre reiniciando suas pesquisas, na busca de respostas concretas para os diversos questionamentos que surgem a cada momento. Esclarecer e procurar definir quem era a mulher participante da Revolta de 1849 é um ponto de honra para quem deseja construir uma verdadeira História da Revolta dos Escravos do Queimado. Em busca dessa verdade e dessa honra é que esta nossa história foi engendrada e construída, com o relato de fatos históricos e reais, recheados de sabores e suaves temperos de magia e encantamento.

Clério José Borges é Acadêmico Fundador e 1º Presidente da ALEAS, Academia de Letras e Artes da Serra. Fundador e 1º Presidente da Academia Capixaba de Letras e Artes de Poetas Trovadores, ACLAPTCTC, antigo Clube dos Trovadores Capixabas. Acadêmico Titular da Academia de Letras de Vila Velha e Correspondente das Academias de Iúna, Conceição da Barra, São Mateus, Maria Antonieta Tatagiba, de São Pedro do Itabapoa-na e Academia Cariaciquense de Letras, entre outras Academias.



FAMÍLIA

CLÉRIO JOSÉ BORGES

Na foto: Jeani; Cleberson; Zenaide; Clério; Clérighthom; Andréia; Marina e Christal.



CAPÍTULO 1º

A PRINCESA NAGÔ AISHA KETO KOROWE DETOKUMBO **A MULHER E A LUTA PELA LIBERDADE**

Uma mulher na Revolta do Queimado. Guerreira. Negra definida como Gabani-nagô, de azulado escuro. Brilho na cara e um andar leve, tranquilo, passos de jongo-iorubá. Nascida em 1808, em Oke-Odan, na Nigéria, terra dos negros ketos, também apelidados de nagôs.

Em 1820, quando tinha apenas 12 anos de idade, presenciou a invasão de sua aldeia por milicianos do reino de Daomé, o que culminou na morte de seus pais. Órfã, a menina foi levada como escrava para os navios dos negociantes Jacome Seixas e João Luis de Deus, que tornaram Salvador, na Bahia, em uma



**Princesa Aisha Keto
Korowe Detokumbo**

cidade negra. Aisha, menina inocente e pura, cuja trajetória se entrelaça à de muitas mulheres africanas que perderam seus lares na África nos conflitos com reinos vizinhos e pela exploração estrangeira.

MUCAMA NO BRASIL E PRINCESA DE ALÉM-MAR

Benedita chegou a Salvador, na Bahia, com o nome africano de Princesa Aisha Keto Korowe Detokumbo. Foi oferecida aos compradores no Mercado da Ladeira, em Salvador. Vendida, teve como primeiro comprador Inácio Torreão, que lhe deu o nome português de Madalena. Roubaram-lhe a liberdade, o idioma e o nome.

Foi preparada para os serviços domésticos. Virou Mucama, escolhida para auxiliar em serviços de casa e para fazer companhia às sinhás. Num sistema escravocrata aceito pela sociedade com naturalidade, mesmo serviçal doméstica, não estava livre das



durezas do trabalho pesado, sujeita aos impropérios do feitor e aos açoites nas costas para aprender suas funções. Viajante de além-mar, saída da Nigéria, a inocente moleca, Aisha, dos porões do navio negreiro chegou a Salvador, onde de menina virou mulher e, na vivência na sede da fazenda até a senzala do seu senhor, acabou conhecendo seu primeiro amigo e amor adolescente, negro cativo, Crescêncio, que lhe conferiu um segundo nome brasileiro, Maria do Carmo.

COMÉRCIO DOS NEGROS

O trabalho escravo em grande escala não era comum para os índios, e muitos deles fugiram para o interior do Brasil, evitando ser escravizados. O fracasso da escravidão indígena obrigou os portugueses a optar pela escravidão negra oriunda da África. O comércio negreiro foi uma atividade realizada entre os anos de 1550 a 1855. Prisioneiros africanos eram comprados de milicianos nas regiões litorâneas da África para serem escravizados no Brasil. Essa migração forçada resultou na chegada de milhões de africanos usados na produção açucareira, em relação direta com a necessidade de trabalhadores nas plantações de cana e nos engenhos.

UMA CRIANÇA ESCRAVA



Pesquisas realizadas no Arquivo Público e na Câmara Metropolitana de Salvador, Bahia, mostram o registro de vários negros escravos em sua chegada ao Brasil, inclusive a Princesa Aisha Detokumbo. Separada de seus pais e familiares, mortos em conflitos por tribos inimigas no continente africano, desembarcou ainda criança no

porto de Salvador, na Cidade Baixa, bem próximo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde ancoravam os navios negreiros.

As crianças foram ganhando a preferência dos traficantes por serem mais "maleáveis" que os negros adultos. Podiam ser treinadas em habilidades específicas. Reagiam melhor à experiência do embarque e à travessia do mar (a taxa de mortalidade das crianças era a metade da dos adultos) e não promoviam rebeliões nos navios.



Nos séculos XVIII e XIX, o historiador Laird Bergad informou que o valor médio de um cativo negro do sexo masculino, de 12 a 40 anos de idade, em 1789, era de 105\$000 réis. Nessa mesma faixa etária e sendo do sexo feminino, valia 88\$000 réis.

Em 1820, quando a Princesa Aisha chegou à Bahia, o comerciante Jacome Seixas, um dos proprietários do navio negreiro que a trouxe ao Brasil, ofereceu-a aos compradores no Mercado da Ladeira, em Salvador, por 85\$000 réis. Foi comprada como mercadoria pelo fazendeiro Inácio Torreão, de quem recebeu o nome brasileiro de Madalena. Vinda de além-mar, saída da Nigéria, chegou a Salvador, onde seu novo senhor a treinou nas habilidades domésticas.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA



Aisha, Quitéria e Joana

Já com certa liberdade de ação, como escrava doméstica, trabalhando na casa do seu senhor, acabou, em 2 de julho de 1823, com 15 anos, participando do processo de independência, quando a Bahia entrou em

guerra e expulsou, definitivamente, os portugueses, que ainda resistiam ao reconhecimento da autoridade de Dom Pedro I.

Na madrugada de 2 de julho de 1823, a cidade de Salvador amanheceu quase deserta: o exército Português havia deixado em definitivo a província da Bahia. A princesa escrava estava lá junto às heroínas Maria Quitéria, (a Soldado Medeiros), Joana Angélica e Maria Felipa, servindo água e atendendo a feridos. A adolescente Aisha envolveu-se nas lutas da Independência do Brasil na Bahia.



REVOLTA DOS BAIANOS - Depois do dia 7 de setembro de 1822, quando foi proclamada a independência do Brasil por Dom Pedro I, militares de Portugal se recusavam a sair da Bahia. Aconteceu então uma revolta dos baianos contra os portugueses. Até que, no dia 2 de julho de 1823, os baianos expulsaram definitivamente os portugueses e proclamaram a Independência do Brasil na Bahia.



NOSSA PRINCESA NAGÔ, DE SALVADOR, BAHIA PARA A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

No convívio com os negros escravos da Senzala de Inácio Torreão, conheceu negro Crescêncio, professor das artimanhas do amor que a seduziu e a encantou. O cativo Crescêncio se apossou de seu coração de menina-mulher e passou a chamá-la de Maria do Carmo.

Observadora e sabida que nem raposa, a menina Princesa Aisha Keto Korowe Adetokumbo, em pouco tempo de Brasil, já entendia qualquer fala dos portugueses. Em 1828, tinha vinte anos quando seu senhor Inácio Torreão morreu, sem deixar herdeiros. Foi negociada junto com os demais escravos e conheceu seu novo senhor, o português Manoel Soledade, recebendo o nome de Benedita, em homenagem ao santo protetor dos negros escravos, São Benedito, que foi santificado pela Igreja Católica em 1807.

MANOEL SOLEDADE - Na Província da Bahia, negociantes compravam escravos, que eram transportados para várias regiões do Brasil, inclusive Espírito Santo. Assim, Aisha, a nossa Madalena do Inácio, foi vendida para o fazendeiro do Espírito Santo de nome Manoel Soledade. Chegou à Província conhecendo o Rio Santa Maria da Vitória e o Porto do Queimado, participando, como escrava de fazendeiro, da vida ativa e pulsante da região, que, antes de 1845, estava sem igreja e sem liderança religiosa (sem padre) e possuía uma população flutuante, por ser num porto comercial, de 5.000 pessoas.

Passou a ser conhecida como Benedita Torreão, lembrando o nome de família do seu primeiro proprietário no Brasil, Inácio Torreão. Benedita, princesa do além-mar. Fisicamente forte, conseguiu, aos trancos e barrancos, vencer a exploração física e sexual. Conheceu as plantas brasileiras e suas propriedades curativas.





BENEDITA TORREÃO DA SANGRIA DESATADA CURANDEIRA, PARTEIRA E MÉDICA DO POVO

Além da liberdade, roubaram da Princesa Aisha a fala de sua terra africana, o seu nome de família. No Espírito Santo, a nossa princesa nagô transformou-se na Madalena do Inácio, a Maria do Carmo do negro cativo Crescêncio, a Benedita de Manoel Soledade, a Benedita Torreão da Sangria Desatada, do escritor João Felício dos Santos, e a Bastiana, do escritor Luiz Guilherme Santos Neves, na obra "O Templo e a Força." Aisha aprendeu os rituais e as manifestações religiosas e espirituais próprias do continente africano. Já era fogaosa e dona de um gingado de mulher fêmea e sensual, graduada nas manhas da luxúria e lascívia do prazer carnal.

UM ROMANCE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO

Nossa princesa, a médica e parteira do povo, especialista em ervas com poderes curativos, infusões e benzimentos, era a Benedita, espinheira-santa do além-mar, uma especialista no conhecimento dos poderes milagrosos da flora brasileira, conhecedora de receitas de chás feitos com ervas e plantas medicinais, destinados a sarar mazelas, sangues ruins e talhos abertos. Ganhou fama em época em que existiam poucos médicos. Transformou-se na Benedita, a médica do povo, aquela que negros, mulatos e brancos doentes procuravam para resolver situações de emergência e fora de controle. Na vivência na Vila do Queimado, em 1845, ainda na flor da beleza e do encantamento, com seus 37 anos de idade, Benedita conheceu o escravo de Dona Ana Maria de São José, viúva do Senhor José dos Santos Machado, o negro Francisco de São José, o Chico Prego, de quem se tornou companheira e mulher.



UMA MULHER NA REVOLTA DE ESCRAVOS

Viajante de além-mar, saída da Nigéria, a inocente moleca, Korowe, dos porões do navio negreiro até a chegada a Salvador, onde passou pelas vontades do português Inácio Torreão, que, na base de chibatadas do "bacalhau", tornou-a uma escrava doméstica exemplar. Na vivência dos seus dias, tornou-se a Madalena e a Maria do Carmo, já falando a língua da terra, ladina e amante sem peias e estando sempre em suas lembranças os amantes inesquecíveis, Negro Crescêncio e Manoel Soledade.

REZA FORTE, GARRAFADAS, ERVAS E BENZIMENTO

Crescêncio, professor nas técnicas do amor, de enlouquecer as mulheres mais puras e recatadas, ensinou Benedita nos jogos de amor e técnicas da volúpia, da sedução e da conquista. Com Manoel Soledade, aprendeu a confecção de remédios caseiros e a técnica de manipulação de plantas e ervas para as garrafadas de ação imediata e sucesso absoluto, aprendendo a medicina caseira das plantas, para curar a mais feroz das gripes. Já com o negro cativo Crescêncio, Benedita aprendeu as técnicas dos rituais religiosos das crenças africanas e se tornou a benzedeira mais famosa da região, curando os mais fortes mal-olhados e as mais horríveis pragas.

REZA FORTE

Homem bom, mulher má.
Que saiam as trevas e
brilhe sempre a luz.
Saia encosto molhado, em
nome do Senhor Jesus.
Tira esse olhar e joga no
fundo do mar, onde não
passa Cristão batizado.
Se for por inveja, eu tiro,
Se for por beleza, eu tiro,
Se for por ódio, eu tiro.
Eu tiro tudo, em nome do Pai,
do Filho e do Espírito Santo, Amém.





BASTIANA, A BENEDITA TORREÃO, MULHER ANÔNIMA NOSSA HEROÍNA JAMAIS SERÁ ESQUECIDA

Quer seja como Benedita Torreão ou como Princesa Nagô, não há registro da “mulher escrava” presa junto com os revoltosos. Nenhum registro no processo criminal dos revoltosos. A Justiça não tomou conhecimento da mulher escrava.

O professor Irineu Cruzeiro, em seu trabalho de reedição do livro “Insurreição do Queimado”, de Afonso Cláudio, em notas na página 103, relata que o documento do chefe de polícia José Inácio Acioli de Vasconcelos é o único documento do rol da insurreição que revela a presença de uma escrava no movimento, não sendo ela identificada nem o marido dela.

Essa ausência de identificação e de informação não é nenhuma novidade, numa época em que a sociedade brasileira prejudicou, estereotipou e marginalizou a mulher na História do Brasil. O negro sempre foi comumente associado a uma chaga social que marca o Brasil até hoje, a escravidão.

REGIMES EXCLUDENTES NUNCA VALORIZAM AS MULHERES HEROÍNAS ESCRAVAS

Em se tratando da mulher negra, a falta de registros, nomes e atos de nossas heroínas é sempre marcante, mantendo-se descompensada pela continuidade de regimes excludentes, como o racismo e o machismo. Assim, não existem registros detalhados de nossa Benedita na Revolta dos Negros. A nossa princesa nagô, Aisha Keto Korowe Detokumbo, é citada apenas como, “uma escrava, mulher de um deles”.

O escritor Luiz Guilherme Santos Neves, na obra literária “O Templo e a Força”, de forma romanceada, atribui o nome de Bastiana do Queimado para a “escrava, mulher de um deles.” Bastiana seria a mulher anônima citada no ofício do chefe de polícia e que participa da luta entre os revoltosos e a milícia. A obra de Luiz Guilherme, que une ficção com realidade, cita, com os temperos da imaginação aliados ao doce sabor do fato histórico, que a escrava seria a mulher de Chico Prego, um fruto apetitoso de um romance amoroso do nosso herói Francisco.



O escritor João Felício dos Santos, autor do Romance "Chica da Silva", sucesso no Cinema sob a direção de Cacá Diegues, criou a figura de Benedita Torreão, trabalhando de forma literária, dentro de uma ficção histórica, explorando a presença da mulher, afro-brasileira presa pelo chefe de polícia José Inácio Acioli de Vasconcelos, no dia 20 de março de 1849. No romance "Benedita Torreão da Sangria Desatada", publicado no Rio de Janeiro em 1983, João Felício conta a saga de uma escrava que realizava abortos na intenção de livrar os negros do cativeiro antes de nascerem. Na propaganda do referido romance, consta como sinopse (resumo) o seguinte:

"O romance põe em relevo a **insurreição de Queimado**, um efêmero levante de escravos ocorrido no Espírito Santo em 1849, cujo pivô foi a igreja Matriz do Queimado, que os escravos construíram numa enganosa crença, suscitada pela má-fé de um capuchinho italiano, **Frei Gregório de Bene**, de que ganhariam alforria no final da obra. Igreja erigida com suor de escravos e consagrada com seu sangue. Multifloreado romance que ainda lega à literatura brasileira essa personagem maiúscula, que é **Benedita Torreão**, individualidade humaníssima, carnal e óssea que, amante do incendiário da liberdade, encarna o espírito da insurreição escrava, tornando-se seu próprio símbolo e alegoria".

Usando de uma licença poética, com a força da ficção, técnica de imaginação inerente aos escritores, podemos afirmar, baseado em João Felício dos Santos, que Benedita Torreão, de nome africano Aisha Keto Korowe Detokumbo, era a mulher escrava anônima citada no Ofício (Carta) de José Inácio Acioli de Vasconcelos.



AISHA, PRINCESA DE ALÉM-MAR

A palavra **Aisha** significa viva, a que está viva. **Keto**, de Ketu, cidade do antigo território de Yorubá, no Daomé, atual Benim, região de origem da Princesa Aisha. **Korowe** significa povo africano. **Detokumbo** significa, trazida dos mares, que veio de além-mar.



PRINCIPAL MOVIMENTO LIBERTÁRIO CONTRA A ESCRAVIDÃO OCORRIDO NO ESPÍRITO SANTO



VILA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO
Pintura sobre tela de
Walter Francisco de Assis.

Queimado foi palco de uma revolta de escravos liderada pelos negros Francisco de São José (o Chico Prego), João Monteiro (o João da Viúva Monteiro), Domingos Corcunda e Elisiário Rangel.

Iniciada no dia 19 de março de 1849, a revolta foi um dos mais significativos eventos do calendário da cultura negra. Um emblemático episódio da história afro-brasileira e principal movimento contra a escravidão ocorrido no Espírito Santo.

A revolta do Queimado é resultado da construção de um processo político de conquistas, sendo um marco na história da negritude capixaba. Nasceu de uma promessa não concretizada de liberdade feita pelo frei italiano capuchinho Gregório José Maria de Bene aos escravos da localidade de Queimado. A fonte primária de pesquisas é um livro escrito e lançado durante o período da escravidão, "Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo", de Afonso Cláudio, que se constitui na primeira narrativa monográfica acerca do episódio.



MULHERES E CRIANÇAS ESCRAVAS **AJUDAM NA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOSÉ**

Na vila do Queimado, Benedita Torreão, a nossa Bastiana, princesa nagô de além-mar passou a ter amizade com Frei Gregório e acabou participando das obras de construção da Igreja.

Estando em um sítio nomeado Tapera, perto do Porto do Queimado, no Rio Santa Maria da Vitória, Frei Gregório José Maria de Bene sentiu a necessidade de construir uma igreja, já que existia na região uma povoação de cinco mil almas, que não possuíam o conforto espiritual que a religião podia oferecer. Não havia um templo religioso no local. A povoação vivia na máxima ignorância e inação, o que levava a homicídios, contínuos roubos e frequentes embriaguezes e outros vícios. O Frei Gregório resolveu construir uma igreja dedicada ao patriarca São José, pai adotivo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Com as esmolas dos fiéis, ofertas das Santas Missões e com emolumentos do Governo Imperial, conseguiu comprar os materiais, e a obra foi iniciada com uma solenidade de lançamento da pedra fundamental, no dia 15 de agosto de 1845. A obra contou com ajuda de trabalhadores livres e escravizados. A igreja foi construída com a força e o trabalho dos moradores humildes do lugar e dos cativos.

FORÇA DO TRABALHO DE NEGROS ESCRAVOS. Homens e mulheres, brancos e pretos, pardos e mulatos, pequenos e grandes, ricos e pobres. Além da cooperação dos devotos e dos cativos, Frei Gregório abriu uma subscrição em dinheiro para a compra de material, e o próprio frei ajudou com a quantia de catorze mil réis. Para complementar o valor da compra de materiais, o padre percorreu os sítios vizinhos pedindo subsídios e, segundo registros, os pobres foram os que mais trabalharam e contribuíram para o progresso da importante obra da igreja. Segundo historiadores, foi fundamental a participação dos escravos liberados pelos seus proprietários para os trabalhos nas noites de lua cheia e dias de santificação e feriados. Na época, as casas eram feitas de pau-a-pique (com paredes feitas de ripas de madeira e barro) e cobertas com sapé (um tipo de capim). Para a construção da igreja, Frei Gregório estabeleceu que ela seria feita de pedras retiradas do Rio Santa Maria da Vitória, localizado cem metros abaixo.



As pedras do templo eram divididas por tamanhos e carregadas por longas distâncias e subidas íngremes; as pedras pequenas (do tamanho de um punho), eram destinadas às crianças, e as maiores iam no lombo de animais. Depois, para a edificação das paredes, eram as pedras coladas com conchas moídas e óleo de baleia.

A informação sobre a adição de óleo de baleia em argamassas para reboco gera algumas dúvidas já que, segundo estudiosos, na época, usava-se essa substância para lubrificação de engrenagens, fabricação de velas, para o preparo de couros, tintas e vernizes, sabões, enxofres e breu para calafetagem de navios, mas não se pode negar que o óleo da baleia teve participação na construção ou restauração de algumas das mais notáveis edificações históricas



**IGREJA DE SÃO JOSÉ, NA
VILA DO QUEIMADO 1945**

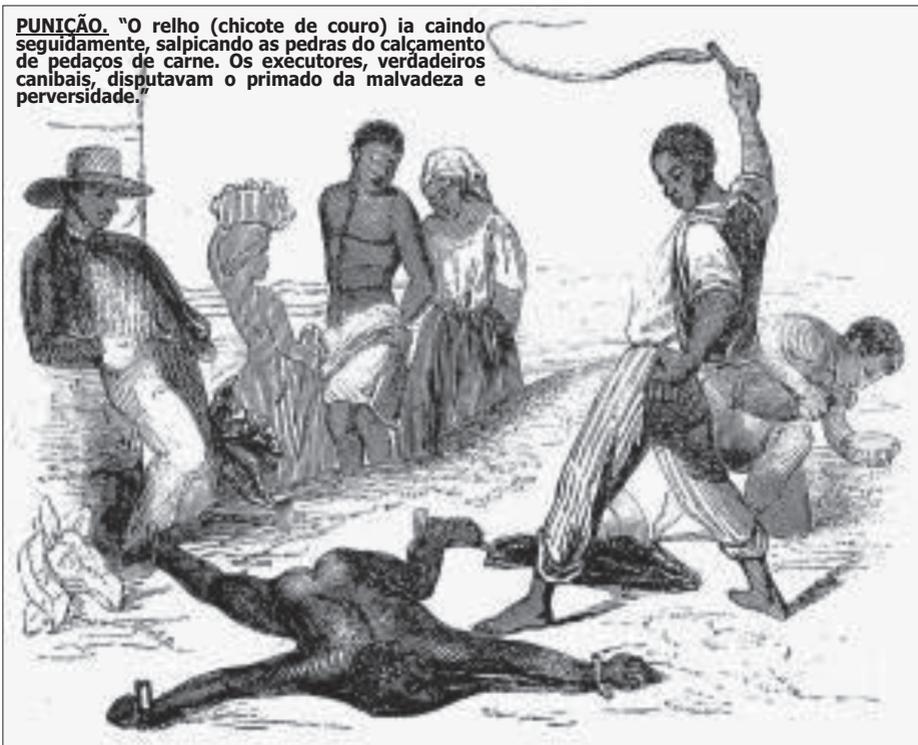


no Brasil, na aplicação como impermeabilizante nas paredes. No caso das igrejas, os telhados eram feitos pelos escravos, que moldavam, nas próprias coxas, o barro a ser queimado, para dar às telhas a forma de canaleta.

Como os demais negros escravos, a nossa Princesa Nagô desconfiou da prometida liberdade anunciada pelo frei e, com Eliziário e Chico Prego, participou dos preparativos da Revolta do Queimado. Foi presa, conforme carta do Presidente da Província, Antônio Joaquim de Siqueira, datada de 20 de março de 1849.

Com seus conhecimentos de parteira, foi convocada nos abortos de crianças escravas. Na crença da época, cada criança nascida era mais uma para ter uma vida de sofrimento. Benedita passou a ser da Sangria Desatada e virou título de um romance de João Felício dos Santos. Ao ser presa, foi punida sem julgamento.

PUNIÇÃO. "O relho (chicote de couro) ia caindo seguidamente, salpicando as pedras do calcamento de pedaços de carne. Os executores, verdadeiros canibais, disputavam o primado da malvezade e perversidade."



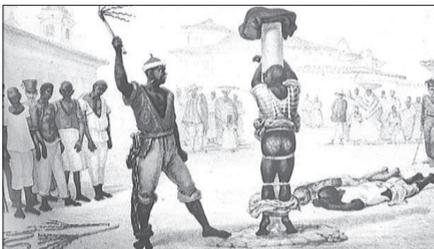


OFÍCIO COMPROVA A PRESENÇA DA MULHER

A notícia do fim da Insurreição do Queimado foi relatada em um Ofício (Carta) do chefe da Polícia, José Inácio Acioli de Vasconcelos, ao Presidente da Província, Desembargador, Antonio Joaquim de Siqueira Siqueira, datado de 20 de março de 1849. O Ofício revelava a presença de uma mulher escrava participando da insurreição, da Revolta do Queimado:

“Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que cheguei hoje a esta Freguesia do Queimado, às 4 horas da manhã econstando-me, poucos momentos depois, que um grupo de escravos armados, em número de cinquenta mais ou menos, estava reunido nas imediações dela, e que se dirigia para aqui com o plano de proclamarem a sua liberdade, e de assassinarem todos aqueles que porventura a isso se opusessem, dei imediatamente ordem ao alferes, comandante do Destacamento, que marchasse sobre eles com as praças à sua disposição e com mais alguns cidadãos que pude reunir, conservando-me aqui com algumas pessoas deste Distrito. E, sendo os ditos escravos encontrados na ladeira que desce para Aroaba, em direção para esta Freguesia, foram aí completamente batidos pelo referido Destacamento, em um ataque que durou seguramente meia hora, sendo em resultado mortos oito, presos seis e **uma escrava, mulher de um deles (...)**”

PUNIÇÃO COM USO DO “BACALHAU”



A Princesa Aisha, por sua participação na Revolta dos Escravos, foi presa e condenada a uma punição de cem chibatadas. Princesa Aisha, a Benedita do Queimado foi punida imediatamente. Estava junto com os revoltosos. Foi punida sem processo, já que ficara comprovado que acompanhava os revoltosos. Levada para a Praça do Cais da Alfândega, em Vitória, em pleno dia e à vista de toda a população da sede da província, foi chicoteada, e seu sangue escorreu intensamente, espargido pelo bacalhau (chicote). Nem mesmo uma mulher escrava poderia escapar de tão cruel punição, pois fora presa junto aos revoltosos.



AFONSO CLÁUDIO DE FREITAS ROSA



Afonso Cláudio de Freitas Rosa nasceu em Santa Leopoldina, em 2 de agosto de 1859. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1934. Foi o primeiro Presidente da Província do Espírito Santo. Era abolicionista e republicano. Escreveu sobre uma insurreição escrava ocorrida dez anos antes do seu nascimento, sendo a obra lançada em 1884, quando o autor contava, então, com 25 anos de idade. O livro de Afonso Cláudio foi relançado em 2021, com notas e comentários do professor e acadêmico Irineu Cruzeiro.

INSURREIÇÃO: USADO PELA ELITE OPRESSORA **REVOLTA: MOVIMENTO EM BUSCA DA LIBERDADE**

Revolta é um levante organizado por um grupo contra alguma decisão tomada ou, no caso, uma promessa não cumprida. As revoltas podem ser também um levante previamente planejado.

Insurreição é uma ação de insurgir, de se opor a uma lei. Na época, insurreição era crime previsto no artigo 113, do Código Criminal do Império do Brasil, Lei de 16 de dezembro de 1830.

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO - Um dos temas capitais do Código era a definição de como tratar os escravos do ponto de vista penal. Especialmente, a questão da insubordinação escrava. Com um número elevado de cativos, o temor de revoltas escravas era claro na sociedade e, dessa forma, o Código contava com artigos como o 192, que previa a pena de morte para escravos que cometessem homicídio; e o art. 113, que previa punições no caso de rebelião escrava, caracterizada no artigo como "crime de insurreição".





CAPÍTULO 2º

REVOLTA DO QUEIMADO: MARCO NA HISTÓRIA DA NEGRITUDE CAPIXABA



Queimado é, atualmente, um Distrito da Serra, um dos municípios que compõem a área periférica da Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo. Possui uma área de 77 quilômetros quadrados e fica a sudoeste do município. A região já pertenceu aos municípios de Vitória e Santa Leopoldina. No século XIX, quando era freguesia da capital da província, Nossa Senhora da Vitória, possuía um povoado com aproximadamente cinco mil habitantes e um porto, às margens do Rio Santa Maria da Vitória, que muito se desenvolveu, por ser um entreposto, com vários armazéns de depósito de mercadorias (de modo especial, açúcar e grãos de café) destinadas para a capital Vitória e para a região norte da Província do Espírito Santo.

O povoado do Queimado concentrou um dos maiores contingentes populacionais da então Província do Espírito Santo e desempenhou, na região de Vitória, importante papel como reduto comercial de gêneros agrícolas, contribuindo diretamente para o progresso da região central do Espírito Santo.



JOSÉ PEREIRA DA GRAÇA ARANHA

O escritor Graça Aranha, no seu romance *Canaã*, narra sobre a imigração alemã no Espírito Santo. O primeiro capítulo da obra *Canaã* se passa em Queimado.

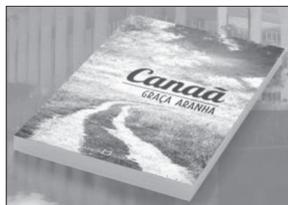
O protagonista do romance, Milkau, alemão recém-chegado à colônia de imigrantes europeus, aluga um cavalo e tem como guia um menino negro de 9 anos. A descrição de Graça Aranha no capítulo de sua obra mostra a região da Serra naquela época, ainda de cunho rural e com muitas marcas da escravatura.



Graça Aranha



CAPÍTULO I, DO LIVRO "CANAÃ", PUBLICADO EM 1902



"Milkau cavalgava molemente o cansado cavalo que alugara para ir do Queimado à cidade do Porto do Cachoeiro, no Espírito Santo. Os seus olhos de imigrante pasciam na doce redondeza do panorama. Nessa região, a terra exprime uma harmonia perfeita no conjunto das coisas: nem o rio é largo e monstruoso precipitando-se como espantosa torrente, nem a serra se compõe de grandes montanhas, dessas que enterram a cabeça nas nuvens e fascinam e atraem como inspiradoras de cultos tenebrosos, convidando à morte como um tentador abrigo... O Santa Maria é um pequeno filho das alturas, ligeiro em seu começo, depois embaraçado longo trecho por pedras que o encachoeiram, e das quais se livra num terrível esforço, mugindo de dor, para alcançar afinal a sua velocidade ardente e alegre. (...) Na frente do imigrante, vinha como guia um menino, filho de um alugador de animais no Queimado."

Graça Aranha foi um escritor e diplomata brasileiro, e um imortal da Academia Brasileira de Letras. Formou-se em Direito em 21 de junho de 1886. Era juiz no Espírito Santo, quando escreveu *Canaã*. Nasceu em 1868, em São Luís, no Maranhão e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1931, com 62 anos.



O TOPÔNIMO DE QUEIMADO JÁ EXISTIA DESDE 1779, OS NEGROS NÃO INCENDIARAM A IGREJA DE SÃO JOSÉ

A Província do Espírito Santo foi palco de algumas revoltas de escravos. A Insurreição do Queimado não foi a única revolta escrava acontecida na região. Em 1822, segundo Maria Stella de Novaes, em sua obra "História do Espírito Santo", foram registrados alguns levantes nas localidades de Tramirim, Ponta da Cruz, Queimado e Jacaraípe. O registro mostra o desejo de liberdade dos escravos da região, 27 anos antes da revolta de 1849.

A PRIMEIRA REVOLTA DE ESCRAVOS NA SERRA ACONTECEU EM 1822, CHEFIADA PELO NEGRO ANTÔNIO

Segundo o professor Rodrigo da Silva Goularte, em fins de maio de 1822, os fiéis da paróquia de Serra, freguesia da Vila de Vitória, sede do governo da Província do Espírito Santo, preparavam-se para o que pensavam ser uma missa como outra qualquer. Ao chegarem à igreja, todavia, depararam-se com um cenário "nunca visto": os cativos da localidade e das adjacências se reuniram no centro da paróquia, portando paus e armas de fogo, "para ajustarem a imaginada liberdade". Foram convocados por Antônio (escravo de Maria Magdalena), que também espalhou a notícia de que o vigário anunciara a "liberdade da escravatura". O padre, por sua vez, tentava tranquilizar os horrorizados donos e donas de escravos, informando que não havia liberdade aos cativos, e, se ela chegasse, não seria por intermédio dele. Horrorizadas ficaram as autoridades da Província do Espírito Santo, que mandaram castigar os revoltosos com açoites. (Fonte: Arquivo Estadual ES. Série 751. Livro Nº 22).

ÍNDIOS COMIAM HUMANOS NO QUEIMADO EM 1779

A vila já possuía o nome de Queimado desde 1779. Um ofício assinado pelos vereadores da Câmara de Vitória foi encaminhado à Rainha de Portugal, Maria I, mãe de D. João VI, para que ela providenciasse o envio de militares para combaterem os índios botocudos, que estavam matando os moradores do Queimado e se alimentando de carne humana (antropófagos). Assim o nome Queimado não tem correlação com incêndio. Não houve incêndio na igreja em 1849.



UMA REPÚBLICA NEGRA EM GUARAPARI

Em 1679, Guarapari foi elevado à condição de vila pelo donatário do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo. Na região do atual centro da cidade e da localidade de Perocão, havia duas grandes fazendas: Engenho Velho e Fazenda do Campo, de propriedade de Antônio de Siqueira Quentão, que, ao falecer sem deixar herdeiros em terras brasileiras, já que seu único filho residia em Portugal, motivou a revolta dos negros.

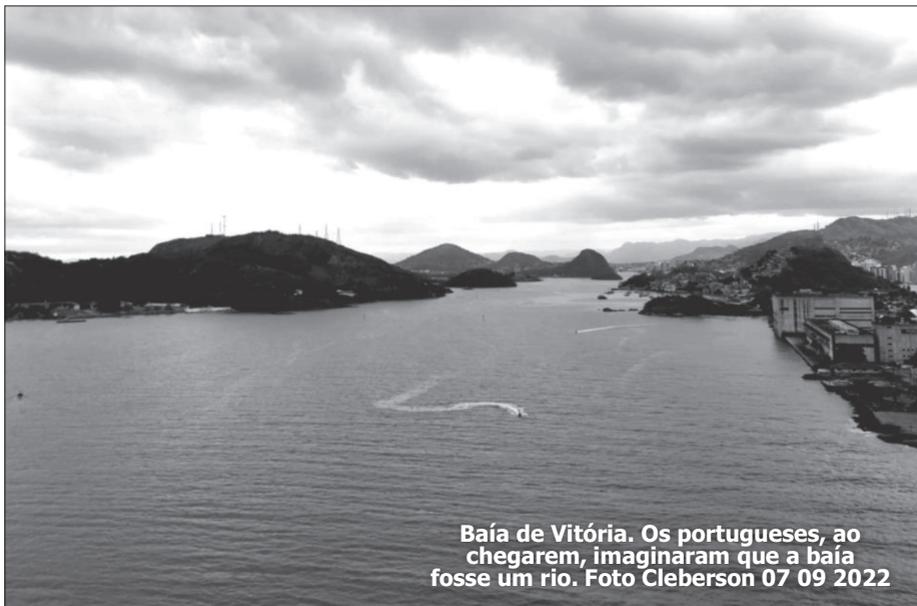


Príncipe austríaco Maximiliano

O príncipe austríaco Maximiliano Wied-Neuwied percorreu, entre 1815 e 1817, os atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Essa viagem resultou no diário publicado na Alemanha em 1820. Ao passar na região de Guarapari, o príncipe relatou a fundação de uma "República Negra" na região de Guarapari:

"[...] armaram-se e formaram, nessas florestas, uma república negra, que não foi fácil submeter. Tomaram posse da 'fazenda', viviam livres sem trabalhar muito e caçavam nas florestas. Ao mesmo tempo, os escravos da 'Fazenda' Engenho Velho também se libertaram, e uma companhia de soldados nada pôde contra eles. Esses negros se ocupam, sobretudo, em colher alguns dos principais produtos das matas [...] Os rebeldes negros das duas 'fazendas' acima referidas [Fazenda do Campo e Engenho Velho] recebem os forasteiros de maneira amigável e, nesse particular, são muito diferentes dos escravos negros fugidos de Minas Gerais e outros lugares, que são chamados, devido às suas aldeias nas florestas, 'quilombos', 'gaiambolas'. Lá atacam os viajantes, saqueiam e muitas vezes matam". (1940: Maximiliano, 136-137).

Mas a Revolta da Freguesia do Queimado de 1849 foi a mais representativa e a mais marcante na história da luta de negros em busca da liberdade. Embora logo reprimida pelo Governo e de curta duração, mostrou que os homens negros, de meros espectadores, tornaram-se protagonistas, figuras principais de uma ação libertária que durou até a prisão de seus líderes, cinco dias depois de seu início.



Baía de Vitória. Os portugueses, ao chegarem, imaginaram que a baía fosse um rio. Foto Cleberson 07 09 2022

POVOAMENTO DA CAPITANIA CAPIXABA **PORTUGUESES CHEGAM AO ESPÍRITO SANTO**

No dia 23 de maio de 1535, chegou ao Espírito Santo, tomando por ponto marítimo a montanha do Mestre Álvaro, o donatário da capitania, Vasco Fernandes Coutinho, acompanhado de fidalgos portugueses e auxiliares, ao todo sessenta pessoas. O navio chegou à barra. Os colonizadores julgaram ser a vasta Baía de Vitória um grande rio. Desembarcaram em uma enseada na região da prainha da atual cidade de Vila Velha. A nova terra recebeu o nome de Espírito Santo, em comemoração ao dia em que a igreja festejava uma das três pessoas da Santíssima Trindade.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída com uma povoação nas proximidades. A Vila do Espírito Santo passou a ser a sede da capitania até ser construída, mais tarde, uma povoação na ilha próxima, que foi denominada de Vitória, por causa de uma vitória numa guerra entre portugueses e índios. A primitiva povoação passou a se chamar Vila Velha. A capitania foi denominada Espírito Santo. Anos mais tarde, por uma lei da Assembleia Provincial, o nome de Espírito Santo foi oficializado para toda a província.

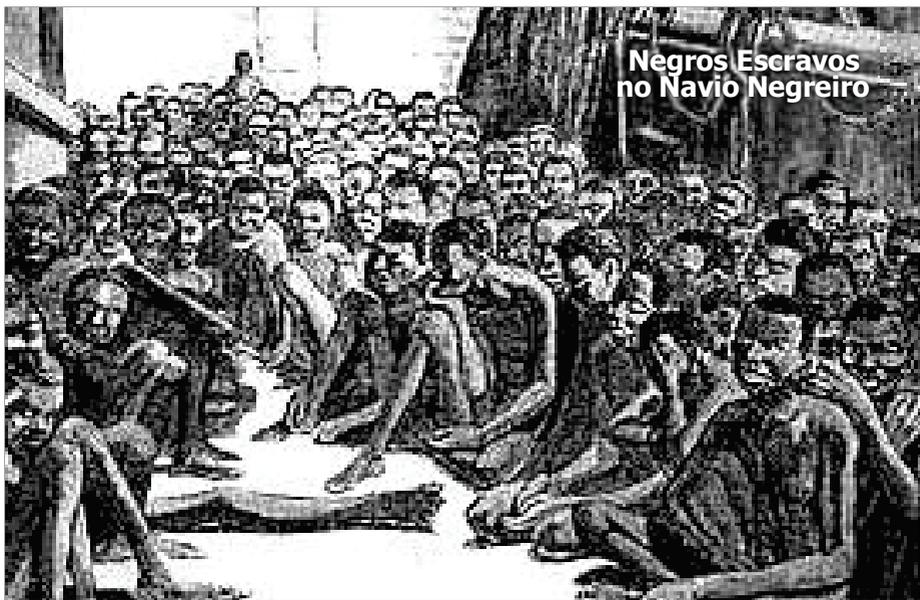


HERANÇA CULTURAL DE UM POVO

Segundo historiadores, a Capitania do Espírito Santo, nos primeiros decênios de 1800, era eminentemente agrária e escravagista, e sua produção destinava-se ao abastecimento interno, ao mesmo tempo em que participava da dinâmica comercial de abastecimento da colônia. A vinda dos negros africanos como escravos foi um marco histórico brasileiro, sobretudo do século XVI.

Apesar das precárias condições da escravidão, os povos traficados jamais deixaram para trás a herança cultural do seu povo. Entre os principais grupos que vieram para o continente americano, estavam os nagôs, bantos e os sudaneses. O tráfico negreiro, iniciado já em 1502, converteu-se num empreendimento econômico tão lucrativo que se prolongou por mais de três séculos, até 1850, quando foi extinto, por meio da Lei Eusébio de Queirós.

A Lei Eusébio de Queirós foi aprovada em 4 de setembro de 1850, sendo proposta por Eusébio de Queirós, ministro da Justiça. Ela determinava a proibição do tráfico de africanos escravizados para o Brasil e foi uma resposta às pressões realizadas pela Inglaterra para que o Brasil acabasse com essa prática.





OS NEGROS DA COSTA DE MINA

O Espírito Santo, no século XIX, contava com uma grande população de origem europeia, indígena e africana. Da Europa vieram imigrantes, na maioria italianos, mas também alemães, portugueses e espanhóis, muitos dos quais trabalharam na lavoura cafeeira. A economia do estado era principalmente baseada nas plantações de café. Os negros africanos que vieram para o Espírito Santo eram do ciclo da Costa de Mina, com predominância



para os sudaneses, que eram classificados pelos comerciantes como escravos oriundos de Angola e Moçambique. Mas foi também muito grande o número de escravos de outras áreas do próprio Brasil. No território capixaba do século XIX, podiam ser encontrados africanos escravizados juntamente com negros transferidos, principalmente da Bahia e de outras regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

POLO EXPORTADOR DE ESCRAVOS

A Costa da Mina corresponde a uma região do Golfo da Guiné de onde proveio grande parte dos escravos embarcados para as Américas. Está na faixa litorânea dos atuais Estados de Gana, Togo, Benim e Nigéria. O mais famoso porto de embarque de escravos dessa região foi o de **São Jorge da Mina**, em torno do qual se desenvolveu a atual cidade de Elmina, em Gana, uma feitoria portuguesa fundada em 1482, com o intuito de controlar e defender o comércio do ouro e a navegação dos portugueses na região, principal polo exportador de escravos.



ESPÍRITO SANTO RECEBE AFRICANOS DESDE 1540

Os escravos da região de Mina eram famosos por sua bravura e capacidade de organizar revoltas e lutar contra os escravistas. Já os angolanos eram considerados fisicamente fortes e incansáveis no trabalho. Em documentos da época da escravidão, comprova-se que muitos nagôs e fantis foram classificados como minas.

Documentos da história capixaba dão indicações de que, por volta de 1540, já existiam, na província, escravos negros, trazidos da África para serem usados no plantio de cana-de-açúcar. Oficialmente, a importação de escravos da África só ocorreu a partir de 1561.

A escritora Maria Stella de Novaes, em sua obra de 1963, sobre a escravidão e abolição no Espírito Santo, cita, na página 47, que algumas origens de negros do Espírito Santo podem ser percebidas nas notícias documentais: "Fugiu da Vila da Serra Manuel Angola, vinte anos, sinal de tiro na perna", noticiado pelo Correio de Vitória, em 09 de julho de 1855. A citação de Manuel Angola mostra a origem do escravo Manoel. No Jornal Correio de Vitória, em 22 de fevereiro de 1872, era publicado: "Em Cachoeiro de Itapemirim (...) eram conhecidos os escravos da Fazenda Monte Líbano, pela aparência robusta e boa vestimenta. Eram quase todos minas".

ELIZIÁRIO E CHICO PREGO ERAM NEGROS DE MINA

Na Capitania do Espírito Santo, é difícil definir com precisão a origem da população africana. A documentação deixada pelo tráfico omite a precisão dessa origem. Pistas surgem no registro das falas populares e em seus usos e costumes. A fama da bravura e do gênio aguerrido de muitas nações africanas era tão grande no Espírito Santo que, segundo Maria Stella de Novaes: "há fortes suspeitas de que **Eliziário, um dos chefes da Insurreição do Queimado, era negro embarcado no Porto de Mina e de Angola**". A bravura de Eliziário Rangel e de Francisco de São José, o Chico Prego, mostram que eram negros que vieram para o Espírito Santo embarcados no Porto da Costa de Mina, na África.

Fontes estatísticas informam que, por volta de 1820, um total de 3.375 moradores residiam na Freguesia do Queimado, distribuídos em 400 casas. Em 1824, a população livre de toda a província era de 22.165 habitantes, e, dessa parcela, 2.682 eram negros e 13.188 eram escravos, ou seja, 37% da população geral.



ZACIMBA GABA: A GUERREIRA DO NORTE CAPIXABA

Zacimba Gaba foi uma princesa guerreira do reino de Cabinda, em Angola, na África. Ela nasceu no século XVII e comandou seu povo numa guerra contra a invasão portuguesa na região costeira. Cabinda, na década de 1690, foi praticamente dizimada pelas tropas lusitanas, e os sobreviventes, capturados e mandados ao Brasil como escravizados. Zacimba Gaba, natural de Angola, na África, era uma princesa da nação Cabinda e foi sequestrada e levada para o Porto da Aldeia de São Matheus, no Espírito Santo, onde foi vendida como escravizada para o fazendeiro português José Trancoso.

Foi torturada e violentada sofrendo violência durante vários anos. Traçou um plano de fuga e vingança até conseguir envenenar aos poucos os seus torturadores e fugir com outros negros criando o seu próprio Quilombo.

Zacimba Gaba passou o resto de sua vida libertando pessoas escravizadas em solo capixaba, atacando navios que os traziam para o Espírito Santo. Morreu como uma princesa guerreira quando libertava escravos em um navio.

Segundo o historiador Maciel Aguiar, o mestre Balduino Antônio dos Santos contava que “certa feita, ela foi arrastada da senzala até a casa grande, onde foi interrogada pelo senhor”, que queria saber se era verdade “o boato que se espalhava por todos os lugares” de que ela “era uma princesa”. Durante “muitos dias e muitas noites, os negros choravam” ao ouvirem seus gritos, entrecortados pelos “baques” da chibata no corpo. Meu avô contava que ela foi desonrada pelo senhor, depois de confessar sua verdadeira identidade: Zacimba Gaba, princesa da nação de Cabinda...”



Pintura de Zacimba Gaba na Praça do centro da Cidade de Conceição da Barra, ES. Foto Clério Borges 2022



CAPÍTULO 3º

VILA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO

PALCO DE LUTAS PELA LIBERDADE



A localidade de São José do Queimado se formou como todas as outras: à beira do Rio Santa Maria da Vitória. Foi aberta a primeira clareira. Surgiu o porto com a necessidade do transporte de pessoas e o escoamento da produção agrícola. Rolou por terra a braúna para esteio do casebre. E foi retirado o cipó para amarrar as ripas feitas de palmito, e as folhas deste para a cobertura.

Surgiram as primeiras habitações, e por fim se construíram as casas de pau a pique, técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transforma-se em parede.

Pela Lei Provincial n.º 9, de 27 de julho de 1846, a antiga povoação do Queimado elevou-se à categoria de freguesia, com o títu-



lo de São José do Queimado, anexado a Vitória, quando na região residiam cinco mil almas, e parte destas era constituída por escravos. Pela referida lei, foram estabelecidas as divisas da nova freguesia, com a Serra, com o rio Tangui e com o Porto do Una, margeando em seguida o brejal ali existente, até finalizar em uma ponta, daí em linha reta até a Estrada de São João na ladeira chamada das Pedras, compreendendo, em seu perímetro, as localidades de Itapocu (hoje Calogi) e Caioaba.

O Governo só criava uma freguesia, no período colonial, quando na região existisse uma paróquia e um Distrito Civil. Em 1846, Queimado já possuía uma igreja em construção com residência do padre, o que viabilizou a criação da freguesia pela Lei Provincial N.º 9. Dessa forma, o registro de batizados, nascimentos, casamentos e mortes ficavam sob o controle eclesiástico. A identidade política das freguesias conferiu a esses territórios, em alguns casos, o status de municípios e, em outros, o de distritos e bairros após 1890, no início do período republicano.

FONTE PRIMÁRIA DA DATA DA FREGUESIA

Algumas publicações informam que a data da criação da freguesia seria 27 de agosto. Outras informam a data de 27 de julho. Para acabar com a dúvida, necessário se faz descobrir a fonte primária. A informação correta é 27 de julho de 1846, data que consta de um ofício do Presidente da Província, Antônio Joaquim de Siqueira, ao bispo do Rio de Janeiro, datado de 8 de março de 1848, onde consta:

“Julgo, porém, do meu dever informar a V. Exa. que, por Lei Provincial, de 27 de julho de 1846, decretada antes da minha administração, foi elevado o sobredito lugar a freguesia, como V. Exa. verá cópia junta, e que nele está sendo construído por aquele missionário, à custa dos fiéis, por meio de suas exortações, um majestoso templo, de pedra e cal, que tem de ser dedicado ao patriarca São José, exercitando a admiração de todos, por sua grandeza e por se estar fazendo, pudesse dizer, no centro da pobreza. Já vi essa igreja e creio que, concluída, será uma das mais importantes da província.” (Fonte: livro 132 In: ROSA, Afonso Cláudio. 1979, pp. 139-140).

No trecho citado do Presidente da Província, existe a citação sobre a Igreja de São José. Observa-se que a igreja estava em construção. A pedra fundamental para sua construção foi colocada em



15 de agosto de 1845. Em 1846, a igreja ainda estava sendo construída. Recentemente, foi descoberto um recibo da encomenda de 13 milheiros de telhas feita pelo Frei Gregório. O recibo é datado de 1847, ano em que a igreja ainda não estava pronta. Foram pouco mais de três anos e meio. A demora se justifica, pois a igreja era construída pelos negros em horas de folga, nos domingos e nas noites de lua cheia. Outro fator a ser considerado é a falta de pedras na região. Pedras eram encontradas no leito do rio, nas praias (pedras de coral) e, nas montanhas da Serra do Mururon, transportadas em carros de bois e até a pé, de distâncias de três a quatro quilômetros até o alto da colina, onde estava sendo construída a igreja, localizada a 100 metros de altitude.

Também é de 1847 o ato oficial que cria a primeira escola pública do Queimado. O ato é datado de 12 de abril de 1847, e a inauguração da escola ocorreu no dia 24 de abril do mesmo ano, com grande festa e a presença de autoridades de Vitória. A inauguração da escola mostra a importância de Queimado como reduto de investimentos estruturais da Província e consequente integração com a Comarca de Vitória, já que tais estruturas eram geralmente edificadas em atendimento às reivindicações das famílias influentes economicamente ou politicamente ligadas ao poder público.

VILA DO QUEIMADO - Pela Resolução N.º 4, de 26 de dezembro de 1889, Queimado passou à categoria de vila, mas só foi elevada em 11 de novembro de 1938. Tal processo de emancipação acabou tornando menor o território. Dentro dessa conjuntura, a delimitação de 1938 pode ser contextualizada como último indicativo do declínio populacional em andamento na vila, visto que foram desmembradas de Queimado antigas comunidades como Fonte Limpa e Itapocu, povoados que anteriormente compunham a região do Queimado.

Em 21 de janeiro de 1943, Jones dos Santos Neves foi nomeado interventor federal no Espírito Santo, assumindo o cargo no mesmo dia, em substituição a João Punaro Bley. No ano em que Jones assumiu o Governo, ocorreu uma alteração de ordem administrativa na vila. Pelo Decreto-Lei nº 15.177/1943, o município da Serra passou a ser constituído dos distritos de Carapina, Nova Almeida, Queimado, Serra e Calogi (antigo Itapocu). Assim, em 1943, Queimado passou a pertencer à Serra.



ORIGEM DO NOME ESTÁ NA QUEIMA DE TURFA NA REGIÃO

A vila possuía o topônimo de Queimado desde 1779. Não há nenhuma correlação com incêndio. Não houve incêndio algum na igreja por ocasião do levante pela libertação dos escravos. A igreja não foi queimada. Recentes estudos topográficos confirmam que o nome surgiu em razão de sua localização às margens de solo turfoso, onde a turfa gera combustão espontânea nas épocas de estiagem, época em que o solo originado da decomposição de material orgânico, da flora e fauna, exposto ao sol, gera incêndio, queima. Daí o nome de Queimado.

A turfa é um material de origem vegetal, parcialmente decomposto, encontrado em camadas, geralmente em regiões pantanosas, ou seja, região de brejo, e também sobre montanhas (turfa de altitude). É formada principalmente por matéria orgânica e grupo de musgos, mas também de juncos e árvores em decomposição.

PROBLEMA RECORRENTE NA REGIÃO

No dia 26 de fevereiro de 2019, a Rede Gazeta, por meio do Web Site de notícias, Gazeta Online, divulgava, sob o título "Corpo de Bombeiros confirma área de turfa queimando na Serra", uma reportagem ressaltando ainda que "em anos anteriores, houve ocorrências de chamas (fogo) na chamada área de turfa". Em 2018, foram registrados 1.998 casos de incêndios em vegetação, e, só em janeiro de 2019, setecentos casos foram atendidos.





ESTRADA DE FERRO E DE RODAGEM: DECADÊNCIA DO QUEIMADO



A abertura do primeiro trecho da ferrovia Estrada de Ferro Vitória a Minas: estação de Porto Velho (Cariacica) até a Estação de Alfredo Maia (Queimado), foi a primeira grande modificação viária implementada pelo Governo.

Concluída em 13 de maio de 1904, a estrada de ferro simbolizou a possibilidade de escoar mercadorias sem a necessidade do rio, enfraquecendo o trabalho dos canoeiros e concentrando o movimento antes comum nos portos, para a Estação Ferroviária Alfredo Maia, instalada à margem direita do Rio Santa Maria, perto do Porto de Queimado.

CAFÉ CAPITANIA DA SERRA. A produção de café na região do Mestre Álvaro foi intensa no final do século XIX, quando o Espírito Santo detinha a marca do Café Capitania, famoso por suas propriedades de aroma e sabor inconfundíveis. O Porto do Queimado escoava o produto para Vitória e de lá para o Rio de Janeiro. A Estação Ferroviária de Alfredo Maia passou a ser de grande importância econômica para a Serra por causa do escoamento das sacas do famoso Café Capitania. O local inclusive passou a ser chamado de Estação Capitania, por causa do embarque das sacas de café.

Em 1918, o Governador Bernardino Monteiro inaugurou a ES-080, primeira estrada de rodagem do Espírito Santo interligando Timbuy, em Fundão, Santa Teresa a Santa Leopoldina. Esse ramal terrestre já existia havia pelo menos vinte anos, era a única maneira de os tropeiros escoarem o café até Santa Leopoldina. Buscando oportunidades de trabalho, a mão de obra da Freguesia de Queimado, gradativamente, se viu obrigada a migrar para regiões onde houvesse demanda. Em 1928, no governo de Florentino Avidos, concluído o trecho da Estrada de Rodagem, ES-080, de Santa Leopoldina a Cariacica, desativou-se o transporte fluvial, o porto e a ferrovia. A população do Queimado mudou-se, e a vila, que já tivera 5 mil habitantes, ficou sem ninguém, até ser extinta.



CAPÍTULO 4º

NAVEGAÇÃO FLUVIAL DE CANAIS

PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS E PRODUTOS

A navegação fluvial e de canais era muito usada no tempo em que não havia carros e nem rodovias. A estrada Serra a Vitória foi inaugurada somente em 1923. Assim o Rio Santa Maria se constituía na estrada natural que permitia o transporte de mercadorias e produtos de Vitória até Serra e várias regiões.

Para atender aos objetivos de envio de mercadorias e produtos na província e visando facilitar a locomoção de pessoas, foram idealizados e construídos canais, ligando povoados, vilas e fazendas aos rios. Em "A Província do Espírito Santo", o escritor Basílio Carvalho Daemon relata que: "1916. Nesse ano há esforços dos fazendeiros de Camboapina, Jucu, Viana e Cariacica, que viviam à margem dos rios, e, por recomendação do Governador Rubim, fazem a limpa do Rio Marinho e aperfeiçoam o canal feito em Caçaroca para comunicar as águas do Jucu com o Marinho, obra feita nos fins do século XVIII". Pelo texto de Daemon, observa-se que os fazendeiros foram os únicos que com escravos indígenas abriram aquela passagem.



DIA 23 07 2015, VISITA TÉCNICA DE HISTORIADORES E ARTISTAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO ANTIGO PORTO DO UNA. VISITA AO CANAL DO UNA, O CANAL DOS ESCRAVOS. NA FOTO: TEODORICO BOAMORTE, CLÉRIO JOSÉ BORGES, SUZI NUNES. FOTO DE PAULO NEGREIROS.



CANAL DOS ESCRAVOS FOI CONSTRUÍDO PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Na região de Carapina, os escravos construíram, com orientação dos jesuítas, o Canal do Una, obra de fundamental importância para o escoamento da produção de legumes e verduras da fazenda existente em Carapina. Uma carta do engenheiro D' Alincourt comprova que o Canal do Una já existia no ano de 1832.

ESCRITORA JUDITH CASTELLO

A escritora Judith Leão Castelo Ribeiro, no livro de sua autoria, "Presença", publicado em 1980, na crônica "Éramos Treze", refere-se ao Una. Relata ela em sua obra literária: "depois, a beleza azul e branca do Santa Maria, que se arroga o direito de fazer ondinhas. Adiante, as escuras águas do Una, bem como assinala o nome indígena. Aí, a canoa passava por cima da vegetação aquática. Nenúfares brancos, iguais a xícaras, sobre folhas redondas, verdes, picotadas de vermelho. Depois, a estrada, velha conhecida, um carro de bois e todos nós dentro dele. A Serra aparecia, horas depois, lá embaixo, no pé da Ladeira do Saco. Bons tempos aqueles. Quanta saudade..."

No texto, observa-se que a canoa seguia pelo Rio Santa Maria, passou pelo Una e chegou ao porto, onde embarcaram em carro de bois e seguiram para a Vila da Serra.





INTEGRAÇÃO ENTRE PORTO DO QUEIMADO, NO RIO SANTA MARIA E O CANAL DO UNA SITUAÇÃO DO CANAL DO UNA EM 1832

A Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, em 1961, publicou uma carta do Sargento-Mor e Engenheiro, D' Alincourt, datada de 18 de junho de 1832, encaminhada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José Lino Coutinho, que relata o seguinte: "A navegação do porto que se projeta, junto ao sítio do Garanhuns, meia légua distante do lugar da Freguesia da Serra, é de utilidade incontestável para os fazendeiros estabelecidos naqueles terrenos, quase todos fabricantes de açúcar. (...) O povo desta Freguesia está hoje bastante crescido, vendo-se obrigado a conduzir por terra os seus produtos ao atual porto chamado do Una, sendo impraticável conduzir as cargas pela estrada de terra para a cidade, tanto pela irregularidade da estrada, como por falta de animais, indo todos ao porto do Una, para dali seguirem nas canoas pois cada uma carrega 3 a 4 caixas de açúcar."

O Engenheiro informa ainda que as cargas vindas da Serra, para chegarem ao porto, eram conduzidas em carros de boi, mas que se corria o risco de "até de se voltarem os carros nos atoleiros, como aconteceu à minha vista, e acontece frequentes vezes, além de terem que passar duas mediócras pontes de madeira, que existem quase sempre, como agora, em péssima serventia".

MELHOR ACESSO AO PORTO DO UNA

Finalizando, o Engenheiro D' Alincourt, em sua carta datada de 18 de junho de 1832, relata: "Eis aqui em resumo as dificuldades que se apresentam à exportação daqueles habitantes; dificuldades que se desvanecem com a projetada navegação pelo amplo paul (brejo) que descarrega as suas águas para o Rio de Santa Maria, e este no que semicircunda a ilha em que está fundada a cidade de Vitória".

Pela carta do engenheiro D' Alincourt, observa-se que, já em 1832, havia uma preocupação para se garantir um melhor acesso ao Porto do Una. Toda a produção da Serra seguia para Vitória pelo Rio Santa Maria e, no porto do Canal do Una, eram desembarcados os produtos importados que atendiam às necessidades locais. Pelo Rio Santa Maria e pelo Canal do Una, trafegavam canoas carregadas de café, farinha de mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão.



RIO SANTA MARIA: ESTRADA NATURAL DE INTEGRAÇÃO COM O NORTE DA PROVÍNCIA

O município da Serra possui uma rede hidrográfica constituída pelas bacias do Rio Reis Magos, Rio Jacaraípe e Santa Maria da Vitória, por pequenos córregos e nascentes que formam microbacias litorâneas, além de lagoas que estão distribuídas na área de drenagem dessas bacias.

A bacia hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória situa-se na região central do Estado do Espírito Santo. A principal nascente do Rio Santa Maria da Vitória está localizada a mil metros de altitude, no distrito de Alto Garrafão, no município de Santa Maria de Jetibá. Sua área é de aproximadamente 1.660 quilômetros quadrados.

Percorrendo cerca de 122 quilômetros, desde sua nascente até sua foz, limita-se a leste com a Baía de Vitória, ao norte e a oeste com as bacias dos rios Reis Magos e Doce e, ao sul, com as bacias dos rios Jucu, Bubu e Formate. Fazem parte da bacia os municípios capixabas de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Cariacica, Serra e Vitória. As águas do Rio Santa Maria são utilizadas para abastecimento, geração de energia elétrica e, principalmente, irrigação.

Segundo o historiador Antônio Ataíde, "no final do século XIX, o Espírito Santo já detinha a marca do café Capitania, famoso por suas propriedades de aroma e sabor inconfundíveis. As condições climáticas e os agentes telúricos da nossa zona litorânea fixaram o habitat do tradicional capitania".

E explica que o café em questão era obtido de variedades cultivadas à sombra na região litorânea do Espírito Santo, de modo especial, na região da montanha do Mestre Álvaro.

Na região do Queimado, havia ainda o cultivo do arroz, uma vez que os terrenos sul, sudoeste e leste, inscritos no limite de Queimado, eram constituídos por terras sazonalmente alagáveis. Pouco valorizado no comércio da época, esse cultivo sempre obteve elevado volume produtivo no contexto provincial.

CANA-DE-AÇÚCAR E MILHO - Também na região do Queimado, há registros, na época, do cultivo da cana-de-açúcar, preferencialmente, praticado nos topos dos morros da região e nas baixadas não alagáveis, concorrendo com áreas de cultivo de milho. Este, por sua vez, cultivado em menor escala, era comumente plantado em áreas recém-desmatadas e próximas a córregos e riachos.



Segundo o pesquisador Antônio de Oliveira Junior, um importante indicativo da transformação socioeconômica na Região do Queimado verifica-se no início do século XIX, com a consolidação de sua primeira denominação toponímica, fato que territorializa Queimado como arraial. Embora não fosse oficial, já demonstrava uma organização administrativa nucleada naquilo que futuramente evoluiria para freguesia. Uma distinção mais clara entre a pretérita e genérica Região de Queimado, e a futura Vila de Queimado. No âmbito político, o desenvolvimento comercial dentro do Arraial de Queimado propicia o aumento da integração religiosa e social com a Serra.

PRINCESA ALEMÃ NO ESPÍRITO SANTO - O relato da passagem no Espírito Santo da Princesa Teresa Carlota, da região da Baviera, onde atualmente está situada a Alemanha, está documentado no livro escrito pela própria princesa, publicado em Berlim, em 1897, com o título: "Minha Viagem nas Regiões Tropicais do Brasil". A princesa utilizou o Rio Santa Maria da Vitória como uma "estrada" na ocasião de sua visita a Porto do Cachoeiro, atual sede do Município de Santa Leopoldina.

No livro escrito pela princesa, consta o seguinte relato: "Nas primeiras duas horas de viagem, a canoa passou o lameirão a remo e, entrando no Rio Santa Maria, foi impulsionada por grandes varas que atingiam o fundo. Patos andavam no leito do rio, cada vez mais raso. Pelas margens, voavam gaivotas e passarinhos. De vez em quando, a canoa passava por outra do mesmo tipo, que descia o rio, levando mulheres e crianças, ou carregadas de sacos de café. Os remadores eram sempre índios civilizados ou negros".

EM 1888, QUEIMADO AINDA ERA UMA VILA - O relato da Princesa Teresa Carlota continua, esclarecendo que, quilômetros acima, passaram pela Vila de São José do Queimado e que a comitiva passara por mais canoas que desciam o rio, bem acima da Vila do Queimado. Pelo texto da Princesa Teresa Carlota, observa-se que o Rio Santa Maria era usado para o transporte de mulheres, crianças e sacas de café. Também se comprova que a Vila de São José do Queimado, em 1888, ainda existia como vila e estava em plena movimentação e em plena atividade.

DEPOIMENTO DE ANTIGA MORADORA - A Senhora Marilda Luiza da Boa Morte Fraga, em entrevista a Clarice Poltronieri para o



Jornal Tempo Novo, em março de 2015, relata que foi moradora de Queimado e tem lembranças de um tempo em que a vila ainda era viva: "Eu era criança quando mudei pra lá com meus pais em uma canoa pelo Canal dos Escravos. Cresci, casei e tive quatro dos meus doze filhos lá. Moravam umas vinte famílias naquele local, que tinha padaria e até uma fábrica de tecidos. As missas eram rezadas na igreja do Queimado, e eu vi muitas. Mas, depois que apareceram os Laricas e começaram a pressionar o povo para vender os terrenos, todo mundo foi indo embora, e a igreja começou a ruir", narra.

A reportagem continua informando que Marilda tem 67 anos e viveu em Queimado há cerca de 30 anos. "Francisco Araújo Dutra, pai de meu marido, era sineiro da Igreja de Queimado e filho do sacristão, e meu filho Luiz Carlos seguiu a profissão do avô e se tornou sineiro da Igreja Matriz, na Serra Sede."

Em 23 de julho de 2015, numa quinta-feira, Luiz Carlos Dutra foi o guia dos acadêmicos Clério José Borges, Teodorico Boa Morte, Paulo Negreiros e Suzi Nunes, na visita técnica ao Porto do Una e depois ao Porto do Queimado.

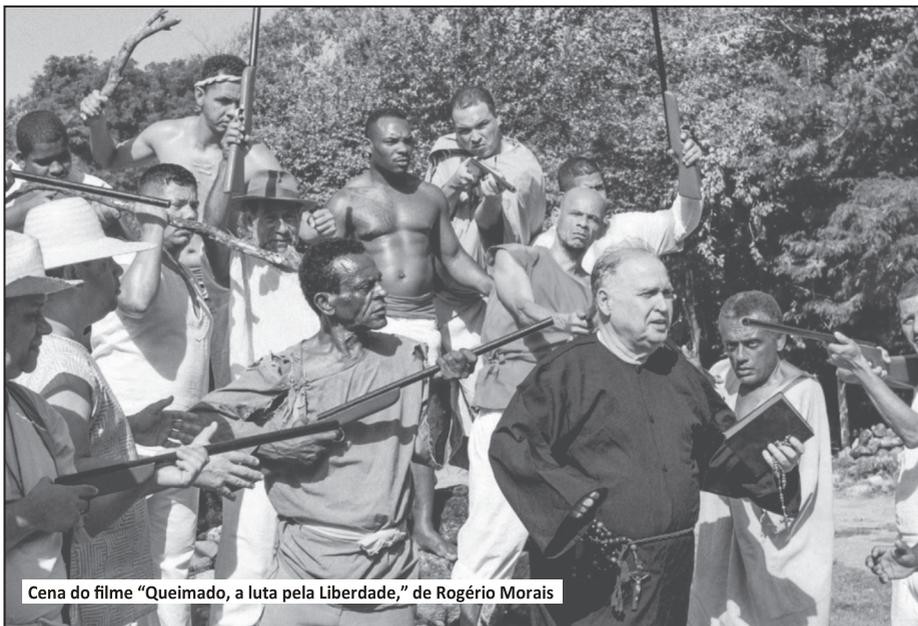
Essa visita Técnica foi importante para verificarmos que realmente havia dois portos na região: um no Queimado e outro no Una, já que existe uma distância considerável em quilômetros de um para outro local, sendo errado informar que os portos do Queimado e do Una eram um só.

DECADÊNCIA DA VILA - Com o advento da Estrada de Ferro Vitória a Minas e, mais tarde, a crise econômica mundial de 1929, que afetou o comércio de café e a economia da Serra, a vila de São José do Queimado desapareceu, praticamente não restando mais casas no local, a não serem algumas poucas residências de agricultores. O comércio passou a acontecer diretamente com Vitória e, por consequência, a Vila de Queimado desapareceu num lento e irremediável processo de decadência econômica e despovoamento, frustrando a possibilidade de um progresso na região. No local onde se localizava a vila, os únicos testemunhos visíveis do engenho humano são as ruínas da Igreja de São José.

Os jesuítas, para escoar a produção de sua fazenda, construíram o Canal dos Escravos que, erradamente, é chamado de Rio Una. Iniciava na parte baixa, próximo à Senzala da Casa Grande dos Jesuítas, em Carapina, e terminava no Rio Santa Maria.



CAPÍTULO 5º **UM SONHO DE LIBERDADE** **NUM HORIZONTE DE ESCRAVIDÃO**



Cena do filme "Queimado, a luta pela Liberdade," de Rogério Morais

A antiga Freguesia de São José do Queimado, que pertencia à Comarca de Vitória, no dia 19 de março de 1849, foi palco de uma insurreição de negros escravos, a Revolta do Queimado, resultado de uma negociação pela liberdade, que teria sido firmada oralmente, envolvendo um Frei Italiano, Gregório José Maria de Bene e os negros escravos.

Um acordo pela libertação em troca de préstimos na construção de uma igreja católica e o impasse causado pelo padre, que não teria cumprido suas promessas, acabou decorrendo em ação violenta por parte dos escravos e uma cruel e sanguinária repressão por parte das forças legalistas, culminando na prisão, em fuga da cadeia, em açoites de 200 a 1.000 chibatadas em vários negros e enforcamento de dois dos líderes da revolta, os negros heróis de uma luta libertária.

A igreja não foi queimada pelos negros. O local onde a igreja foi construída é que se chama Queimado, que, em 1849, pertencia à Freguesia de Vitória, hoje Distrito da Serra. O que houve foi um dos maiores gritos de resistência do negro no Espírito Santo.



DESMORALIZAÇÃO DA ESCRAVATURA - No ano de 1844, a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, segundo pesquisas do historiador João Roberto Vasco Gonçalves, já andava preocupada com a "desmoralização da escravatura", mobilizando-se para destruir quilombos, entre outros, além de obras que favoreceriam os fazendeiros e empresários da região, conforme documento colhido na hemeroteca da Biblioteca Nacional, em que, na fala do vice-presidente, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, em 23 de maio de 1844, varias dotações orçamentárias são propostas, entre as quais a construção do canal pelo brejo do Una e uma casa para o talho (corte de carne, um açougue), bem como solicita recursos financeiros para a formação da milícia para perseguir e destruir quilombos, o que favoreceria aos fazendeiros da região.

FREGUESIA DA SERRA SÓ É INSTALADA EM 1769 DEPOIS DA IGREJA CONSTRUÍDA

Povo da Serra usa a Ermida São José

Historiadores confundem a Igreja de São José do Queimado, inaugurada em 19 de março de 1849, com outra Ermida (Capela) de São José, que existia nas proximidades do centro da Serra.

A Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra tinha sido elevada à condição de freguesia desde 1724, mas não houve a instalação, pois a igreja não estava concluída. A instalação de uma freguesia dependia de um local apropriado, pois era na Igreja que os atos oficiais eram realizados e ali se guardavam documentos e registros civis de batizados e casamentos, entre outros documentos administrativos. A igreja era o centro administrativo. Na época, não havia prefeitura e nem prefeitos. A igreja era como que uma prefeitura administrando a paróquia, a freguesia e todo o povoado.

Em 24 de maio de 1752, nova Carta Régia foi elaborada elevando a Serra à categoria de distrito e paróquia, sendo a freguesia instalada em 1769, desmembrando-se da Freguesia de Vitória. Como a Igreja Matriz não poderia ser utilizada em razão das reformas, foi construída uma capela pequena, Ermida São José, para atender à população. Em documentos antigos, consta que a Igreja Matriz tinha por filial a ermida de São José.

A Ermida de São José estava localizada no Caminho de Jacaraípe, denominação da antiga saída da Vila da Serra para a região de Jacaraípe. Muito antes de ser construída, a Igreja Matriz de alvenaria,



dedicada à Nossa Senhora da Conceição, havia a Ermida São José, no antigo Caminho de Jacaraípe, numa enorme quadra retangular que existia na região, até o ano de 1960.

Em documento de dezembro de 1860, a Câmara Municipal da Serra informou que havia recebido um abaixo-assinado dos moradores do lugar denominado Caminho de Jacaraípe, no qual pediam a desobstrução do lugar denominado Igreja de São José, que existia desde antes da Igreja Matriz.

IGREJA NO CAMINHO DE JACARAÍPE

O documento esclarece que o Vigário da citada Igreja era João Peres Baptista e que, quando a Igreja Matriz foi edificada, a de São José ficou sem uso. Em frente à Ermida (Igreja), havia uma área livre denominada de Largo e situava-se ao lado esquerdo da Rua Canudos, o antigo Caminho de Jacaraípe. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi construída sem torres.

Ao longo do tempo, a matriz da Serra passou por algumas reformas, como a construção da casa paroquial na parte superior da capela-mor, para suprir a necessidade de moradia dos padres. Um projeto de reforma da igreja, que incluía a construção de duas torres para colocação dos sinos, foi implementado e teve suas obras concluídas e inauguradas em 1938.

A LUTA DOS NEGROS PELA LIBERDADE

Com a obtenção de documentos, jornais, fotos, livros que se constituem em fontes primárias e secundárias de prova, podemos concluir que a revolta dos negros escravos da Freguesia do Queimado, iniciada em 19 de março de 1849, foi um marco da negritude capixaba na luta contra a escravidão e contra a opressão. O livro "A Insurreição de Queimado", de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, escrito em 1884, é uma das fontes mais preciosas para o nosso estudo sobre a Revolta do Queimado.

Afonso Cláudio era na época um jovem advogado de 25 anos, nascido dez anos após o levante, filho de uma família escravocrata, proprietária de uma grande fazenda no distrito de Mangará, Santa Leopoldina, distante poucos quilômetros do Queimado e onde se refugiaram muitos dos negros após o fracasso da revolta. Afonso Cláudio sempre se destacou por defender os ideais abolicionistas e republicanos. Era conhecido por declamar poemas de Castro Alves, o



poeta dos escravos, nas festas e torneios literários de que participava. Em 1883, lançou manifesto na imprensa declarando-se republicano. Em 1884, concedeu alforria a todos os escravos subordinados à sua família.

Escreveu *A Insurreição do Queimado*, livro que denunciava a escravidão e a opressão do período. O trabalho de Afonso Cláudio foi publicado em novembro de 1884 e mantém a versão apresentada pelo advogado de defesa dos acusados, o padre João Clímaco de Alvaranga Rangel, que era proprietário de três importantes líderes do movimento, Carlos, João Pequeno e Elisiário, versão essa que atribuía ao padre Gregório José Maria de Bene toda a culpa da revolta.

PESQUISA ORAL E DOCUMENTAL

Afonso Cláudio, para a elaboração do seu trabalho, chegou a entrevistar antigos moradores do Queimado. Uma das entrevistas foi com um dos participantes da revolta, o escravo Carlos, que escapara dos capitães do mato e dos policiais designados para prender os revoltosos.

Afonso Cláudio, que viria a ser o primeiro Governador do Espírito Santo no período republicano, era um devotado abolicionista, inspirado pelos ventos que já então sopravam na época de seus estudos do Curso de Direito no Recife.

Outra fonte primária é uma obra datada de 1949 e apresentada no IV Congresso de História Nacional, de autoria de Wilson Lopes de Resende, "A Insurreição de 1849 na província do Espírito Santo". É um trabalho que faz parte da historiografia referente à insurreição de Queimado. Wilson nasceu em Vitória, em 10 de julho de 1918, filho de Judith e Mario Lopes de Resende. Mudou-se para Cachoeiro quando tinha quatro anos. Depois do curso secundário, foi morar no Rio, onde se formou em Odontologia. Em 1938, regressou a Cachoeiro, onde passou a ser professor de História do Brasil. Em 1949, publicou os ensaios, "A Insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo" e "Os Holandeses na Bahia". Foi membro da Academia Espírito-Santense de Letras e dirigiu o Liceu de Cachoeiro vários anos. Faleceu no dia 15 de outubro de 2014.

VÍTIMAS DE LEIS DESUMANAS

Em um sentido geral, Wilson Lopes de Resende aborda que a insurreição foi causada pela situação que na época era vivida pelo



negro no cenário nacional e local. Escreve Wilson Lopes de Resende: "era a justiça dos homens, naquela época, contra os negros, e só assim a autoridade sentia-se restituída à amplitude de seu próprio arbitrário. (...) Todos esses escravos, vítimas de leis desumanas, então vigentes, merecem um lugar na história, como heróis desse movimento libertador, e como precursores da abolição da escravatura no Brasil". (RESENDE, 1949, p. 16).

PROMESSA E CONSTRUÇÃO DA IGREJA

O missionário capuchinho italiano Gregório José Maria de Bene encontrava-se no sul da Província do Espírito Santo, na região de Iúna (Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens). Foi transferido para a Freguesia da Serra, que já existia desde 1769, trabalhando no lugar denominado Sítio Tapera, onde, em 1845, resolveu construir uma igreja em honra a São José, no Queimado. A igreja da Serra Sede estava em obras, existindo apenas uma capela chamada de Ermida São José, existente na região da Serra Sede, onde atualmente é o bairro São Domingos, no caminho para Jacaraípe.

No Queimado, o agrupamento humano era maior do que o da Serra Sede, e havia necessidade de uma igreja mais ampla, maior do que uma simples ermida.

QUEIMADO ESTAVA SEM IGREJA EM 1845

Em carta enviada ao Presidente da Província, Luiz Pedreira Couto de Moraes, datada de 12 de maio de 1847, Frei Gregório relata a motivação que o levou a realizar o início das obras de edificação do templo: "No mês de abril de 1845, missionando em um sítio com o nome de Tapera, perto do Queimado, onde ora se acha o templo tão admirado, reparei, com grande pesar do meu coração, que a maior parte dos fiéis, até nos últimos períodos da nossa existência mortal, pela grande distância e péssimos caminhos das freguesias, não acham aquele conforto, que só a nossa Santa e beneficente Religião podia subministrar-lhes em momentos tão críticos e perigosos, resolvi-me, e propus aos que ouviam a Santa Missa, ao projeto de se fundar um templo à sua Divina Majestade, no meio de uma povoação de cinco mil almas que viviam na máxima ignorância e inação, causa de tantos homicídios, de contínuos roubos, de frequentes embriaguezes e de todo os vícios os mais abomináveis." (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 In: ROSA, 1979, p. 125).



DOAÇÃO DO TERRENO

A população local se envolveu na edificação do templo. O terreno foi doação da senhora Ana Maria, viúva do Sr. José dos Santos Machado, e a construção contou com a participação de homens livres e escravos, que trabalhavam nos dias santos, (domingos e feriados). Além do chamamento ao trabalho, Frei Gregório fez correr uma lista, na freguesia, para doações em dinheiro, visando à aquisição do material necessário à construção do templo. Como ele mesmo afirmava, uns pagavam, outros só a metade, e, ainda, havia aqueles que não contribuía.

A obra contou ainda com a sacola da esmola, com as ofertas das santas missas e com o pagamento que o frei recebia do Governo Imperial. Além disso, Gregório ia de fazenda em fazenda, nos arredores da freguesia, a pedir doações.

PEDRA FUNDAMENTAL EM 1845

A missa de lançamento da pedra fundamental do início da construção da Igreja de São José ocorreu no dia 15 de agosto de 1845, em local estratégico, numa colina de 100 metros de altura do nível do mar, no próprio local de construção da igreja. O tamanho da obra, em seu corpo principal, era de 90 palmos de comprimento por 42 de largura, com 43 de altura.

Frei Gregório, em carta ao Presidente da Província, relata "pelo meu exemplo, atividade, vigilância sobre os obreiros, e fiel e econômica administração, como também pelo adjutório de uma pia Dona, (a viúva Ana Maria), com os seus poucos escravos, e assistência contínua de um pardo, e algum socorro do povo em geral, hoje este templo, cujo comprimento é de noventa palmos, a largura de 42 e duas polegadas, a altura de 43 palmos, e a capela-mor de 45 de comprimento, a largura de 27 e altura de 24 já está em um estado admirável, com a capela coberta, e o resto a cobrir-se; porém já vai se preparando quanto for preciso por este fim". (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 In: ROSA, 1979, p. 138).

O escritor Teodorico Boa Morte afirma que "de 1970 até 1990, a igreja era muito bem-cuidada. Celebrações eram realizadas no templo, e os fiéis veneravam a São José, seu padroeiro. Existia uma pessoa que cuidava da igreja e da estrada. Cuidava da conservação do local até as paredes ruírem".



NEGROS AJUDAM NA CONSTRUÇÃO

Frei Gregório convocou os negros da região para a construção da obra, com a promessa de que, posteriormente, intercederia junto aos senhores para que fosse dada a alforria de cada um dos negros que ali trabalhassem, utilizando-se da amizade que desfrutava com a Imperatriz do Brasil, Princesa Tereza Cristina, a quem oficiaria os documentos.

Inicialmente, vinte negros atenderam ao pedido do frei e participaram da construção da igreja. Entre eles, Chico Prego, Elisiário, João da Viúva Monteiro, João, o pequeno. Em depoimento oral sobre a construção da igreja, Cléria da Vitória Rangel, 79 anos, neta da escrava Benvinda, ouviu de sua avó que a igreja fora construída com pedras divididas por tamanhos. As pedras pequenas – do tamanho de um punho – eram carregadas pelas crianças, algumas com apenas seis anos de idade; e as maiores, pelos mais velhos, que as carregavam por longas distâncias e em subidas íngremes. Ouviu também que o trabalho era árduo e feito dia e noite, inclusive domingos e feriados para que fosse cumprido o prazo. Traz ainda viva na lembrança que fora batizada na igreja e que era muito bonita com uma fonte de água na frente e cujo interior era adornado com ouro.

O SONHO DE LIBERDADE

O frei alimentava nos negros o sonho da liberdade e, em seus sermões, criticava o sistema escravista, porque, embora os padres possuíssem escravos, Frei Gregório era oriundo da Itália, onde todos eram livres, e não havia escravidão.

Elisiário Rangel, escravo de Faustino Antônio Rangel, era escravo inteligente, o cabeça pensante. Escravo doméstico, e seu proprietário lhe proporcionara a oportunidade de ler e escrever, bem como as condições para aprender o ofício de carpinteiro. Elisiário elaborou um plano. Pediu calma e sigilo, pois a reação do Governo e dos brancos seria violenta. Marcou a data de 19 de março, na festa de São José, dia marcado pelo Frei Gregório para a inauguração da igreja. Seria o momento certo para exigir a liberdade que fora prometida. Seria o momento certo para o início da revolta, caso o frei não mostrasse as cartas de alforria. Estabeleceu as ações de cada um dos líderes do movimento.

A MISSÃO DE CADA UM

Chico Prego, negro forte, ficou a cargo das operações militares, recrutando armas e animando os escravos da Serra e das regiões



vizinhas. João Monteiro, escravo da viúva Monteiro, ficou com a missão de conseguir armas, munições e adesão de parentes, vizinhos e amigos sinceros na região do Queimado.

João, o pequeno, ficou encarregado de conseguir armas e munições e animar os escravos nas fazendas de Mangaraí e outras da região do Rio Santa Maria da Vitória. Carlos, escravo do padre João Clímaco, amigo de Elisiário, dividia com João Pequeno a tarefa de convocar os escravos nas fazendas da região do Mangaraí, Santa Leopoldina.

OS ESCRAVOS ODIAVAM OS SENHORES E PROMOVIAM REUNIÕES ÀS OCULTAS

Dotado do dom da palavra, Elisiário se movimentava com liberdade pela freguesia e por seus arredores. Portanto estava sempre muito próximo dos senhores. Ia com frequência à casa do padre João Clímaco, que era irmão de seu senhor. Além disso, era amigo do escravo Carlos. Todos os preparativos foram feitos para a revolta começar caso não fosse anunciada a liberdade dos escravos.

Nas vésperas da inauguração da igreja, já se encontravam na região do Queimado mais de 200 escravos sob o pretexto de assistirem à missa de inauguração de uma igreja que fora construída pelos irmãos nas horas de folga e nas noites de lua cheia.

Afonso Cláudio, em seu livro sobre a revolta, informa: "Em várias fazendas, pequenas reuniões celebraram-se às ocultas, e os cabeças destarte arrebanhavam prosélitos com paciente persistência. Mensageiros cruzavam-se em várias direções para o norte da Província; do sul veio um contingente de 20 escravos para engrossar a coluna insurrecionária, sempre sob o pretexto de participarem da festa de São José com a inauguração da igreja".

Continua Afonso Cláudio em sua obra: "da Serra, de Itapoca, de Viana, em suma, de todos os centros onde transpiravam as deliberações tomadas em conciliábulos, afluíam adeptos à causa". Ainda segundo Afonso Cláudio, "sob a aparência de desmedida obediência, os escravos odiavam os senhores e faziam sacrifícios de toda sorte para adquirirem armas".

Afonso Cláudio, ao escrever a monografia sobre o levante de escravos, que havia ocorrido dez anos antes do seu nascimento, contava, então, com vinte e cinco anos de idade.



MAIS DE TRÊS ANOS DE CONSTRUÇÃO

Com as obras de construção da igreja iniciadas em 15 de agosto de 1845, foram cerca de três anos e meio, com o esforço e sacrifício de todos. Marcou-se, então, a inauguração para o dia do padroeiro. Embora a obra não estivesse completa, os negros consideravam a igreja pronta, já que faltavam apenas alguns pequenos detalhes na construção.

Para a igreja e festa de São José, dirigiram-se escravos de Jacaraípe, Una, Tramerim, Pedra da Cruz e inclusive de um quilombo chamado São Mateus, existente na época na região de Nova Almeida. Como nenhuma alforria aconteceu, no dia de São José, 19 de março de 1849, no momento em que celebrava a missa inaugural da Igreja Matriz, iniciada às 15 horas, Frei Gregório foi interrompido pelos negros que exigiam a liberdade, pois, segundo eles, o padre havia prometido. O sacristão na hora da missa era José Pinto Lima.





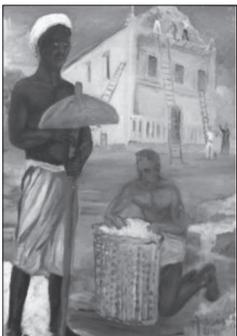
INVASÃO DE FAZENDAS

Depois da invasão da igreja, em bandos, os revoltosos dirigiram-se às fazendas próximas juntando mais escravos e obrigando seus proprietários a conceder a libertação, elevando o número de revoltosos para um total de 300 negros. Historiadores relatam que o medo tomou conta da freguesia. O exército dos revoltosos saiu da igreja dando "vivas à liberdade" e desfilaro diante da população que, temendo a agitação, fechou as portas e janelas de suas casas.

O fazendeiro Luiz Vicente foi obrigado a assinar uma declaração de liberdade para os seus escravos. No Engenho Fundão, de propriedade do Sr. Paulo Coutinho Mascarenhas, os revoltosos conseguiram obrigá-lo a libertar seus escravos e passar-lhes cartas de alforria, bem como entregar as munições e as armas que possuía.

Um destacamento com 20 policiais da Companhia Fixa de Caçadores de Vitória deslocou-se para a região do Queimado, estando comandando os policiais, denominados "Forças Legalistas", o Alferes José Cesário Varella de França. Com a presença dos policiais na região, um grupo de cidadãos saiu de suas casas, onde tremiam de medo e aos gritos, movimentaram-se ao lado dos soldados com um grito que anteviu o fim da revolta: Viva o bacalhau! Bacalhau era o nome dado ao chicote para castigar os escravos.

O movimento dos escravos foi contido com extrema violência pela polícia da província, e alguns negros foram brutalmente assassinados. Já na madrugada do dia 20 de março, iniciou-se a repressão, com o Destacamento comandado pelo chefe de polícia José Inácio Acioli de Vasconcelos, matando e prendendo a todos que encontrava no caminho, inclusive uma escrava, a princesa Aisha.





CAPÍTULO 6º **TREZENTOS REVOLTOSOS PARTICIPAM** **DA REVOLTA DOS NEGROS DO QUEIMADO**

A Revolta de Escravos da Freguesia do Queimado ocorreu em 1849. Durante a celebração da missa inaugural na Igreja de São José, no dia 19 de março. O trabalho de organização e planejamento das ações, sob a direção do negro Elisiário, mobilizou número expressivo de escravos.

O número oficial dos participantes da Revolta do Queimado encontra-se definido em notícia estampada no Jornal "Correio da Vitória", de 21 de março de 1849, que publicou a seguinte notícia: "No dia 19 do corrente, um grande grupo de escravos invadiu a Igreja da Povoação do Queimado na ocasião em que se celebrava o santo sacrifício da missa, e em gritos proclamava a sua liberdade, e alforria, e seguindo para diversas fazendas e aliciando os escravos delas e, em outras, obrigando os seus donos a doarem a liberdade a seus escravos, engrossou em número de 300".

Alguns historiadores citam, sem nenhuma base legal e sem estarem amparados por qualquer fonte primária confiável, um total de 200, mas o correto é a notícia do jornal "Correio da Vitória", que é registro vivo da história. O jornal "Correio da Vitória", transcrevendo documentos oficiais, confirma a participação de 300 escravos na Revolta do Queimado.

OFÍCIO É ENVIADO À CORTE NO RIO - Ofício do Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Joaquim de Siqueira, com data de 20 de março de 1849, encaminhado à Corte no Rio de Janeiro, confirma tal informação: "Ontem, pelas três horas da tarde, soube que um grupo armado de trinta e tantos escravos perpetrara o crime de insurreição no Distrito do Queimado, três léguas distantes desta Capital (Vitória), invadindo a matriz na ocasião em que se celebrava a missa conventual, e levantando os gritos de "Viva a Liberdade" e "Queremos Alforria". Esse grupo seguiu depois a direção do Engenho Fundão, de Paulo Coutinho Mascarenhas, e obrigou-o a entregar-lhe os seus escravos e passar-lhes carta de liberdade, as armas e munições que possuía. O mesmo fizeram em outros engenhos, de maneira que conseguiu elevar o seu número a cerca de trezentos. (...) Escusado é narrar a Vossa Excelência o susto e o terror de que se acham apoderados os habitantes desta Capital e lugares circunvizini-



nhos". Trezentos escravos se rebelaram na mais sangrenta revolta do Estado do Espírito Santo, em que cerca de 20 negros foram mortos ou feridos, perseguidos como animais por capitães do mato, ajudados por voluntários da região. A busca foi cruel e selvagem, feita por impiedosos "batedores do mato" (os capitães do mato).

NEGROS SÃO HUMILHADOS: AS PRISÕES, O JÚRI E OS CASTIGOS

A Revolta do Queimado, descrita pelos brancos como insurreição e que havia começado no dia 19, terminou com a prisão de Elisiário e dos demais revoltosos, cinco dias depois.

Comprova-se que houve o confronto e feridos dos dois lados. Uma das vítimas da insurreição foi Francisco Roriz, ferido pelos negros com 17 caroços de chumbo, nas matas de Itaiobaia. Outra vítima foi o próprio comandante das Forças Policiais, Alferes Varela.

Tal fato irritou os policiais e batedores do mato, que passaram a matar todos os negros que encontravam no caminho, tomando-os como revoltosos. Escravos encontrados na ladeira que desce para Aroaba, região perto do Queimado, foram todos mortos.

Ao final o chefe de polícia Accioli informou, no dia 23 de março de 1849, que conseguiu encontrar onze escravos, entre os quais um dos líderes da insurreição, Elisiário, escravo do fazendeiro Faustino Antônio de Alvarenga Rangel.

DELEGADO DA SERRA RECEBE PREMIAÇÃO PELA CRUELDADE

Preocupado, o Presidente da Província, Siqueira, enviou ao Queimado mais policiais sob o comando de Manoel Vieira da Vitória, ordenando ao Capitão Antônio das Neves Teixeira Pinto, Delegado da Vila da Serra, para perseguir os fugitivos. O delegado recebeu ajuda dos habitantes do Queimado, Mangaraí e Serra, que auxiliaram na captura dos negros.

Pela crueldade com que tratou os escravos negros, arrastando-os pelo chão por léguas e léguas, o delegado da Vila da Serra, Capitão Antônio das Neves acabou recebendo premiação e elogios pela maneira como se conduzira, impondo castigos e punições sem processo legal e julgamentos.



**PRESIDENTE DA PROVÍNCIA MANDA CARTA PARA
A CORTE NO RIO COM DETALHES DA REVOLTA**
"A caça aos negros foi cruel e selvagem"

O Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Joaquim de Siqueira, em 20 de março de 1849, encaminhou uma carta à Corte no Rio de Janeiro narrando os fatos e informando que "o susto e o terror se acham apoderados dos habitantes desta Capital e lugares circunvizinhos".

Diante de tal argumentação de "susto e terror", o Governo Imperial, atendendo a solicitação feita, acabou mandando o vapor "Paquete do Sul", que, no dia 30 de março, aportou em Vitória trazendo um reforço de 31 soldados comandados por um oficial.

Dias depois, regressava o vapor à Corte, levando a notícia da vitória dos legalistas.

O escritor José Teixeira Leite informa que a caça aos negros foi "cruel e selvagem" e levada a efeito "por impiedosos batedores do mato." Informação constante da página 332, do livro "História do Estado do Espírito Santo - edição de 1975."

Os escravos da Revolta do Queimado que não foram mortos acabaram presos e recolhidos na Cadeia Pública de Vitória. Lá chegaram a passar fome, segundo relato do carcereiro da cadeia, Joaquim José dos Prazeres. Manoel, escravo do Capitão Paulo Coutinho Mascarenhas, morreu na cadeia por estar gravemente ferido e em razão "dos horrores de uma viagem forçada desde o Queimado".

No dia 7 de dezembro de 1849, cinco presos conseguiram fugir da prisão. O carcereiro de repente "foi acometido de um sono profundo, esquecendo aberta a porta da cela dos negros".

Na prisão, não foi encontrado vestígio de arrombamento, logo a fuga foi atribuída a milagre de Nossa Senhora da Penha, uma vez que, segundo o escritor José Paulino:

"Havia três noites que Elisiário obrigava os companheiros de prisão a rezar." Na terceira noite, quando rezavam a Nossa Senhora da Penha, "A porta da prisão miraculosamente se abriu".

LENDAS E VERSÕES - Existe uma versão de que o carcereiro aproveitara um momento antes de dormir para ingerir bebida



alcoólica, o que o levou a um sono profundo. Outra versão dá conta que, mesmo ingerindo bebida alcoólica, o carcereiro Joaquim dos Prazeres havia ficado com pena dos negros e teria facilitado a fuga. Tendo sido preso pela facilitação da fuga e para não admitir publicamente que havia ingerido bebida alcoólica em serviço, alegou que soltara os negros, pois eles estavam sendo maltratados e sofriam passando até fome na prisão.

Os fugitivos foram: Eduardo Pinto de Vasconcelos; Manoel Matos; Elisiário; João, o Pequeno; Carlos, o escravo do Dr. João Clímaco. Os Negros fugitivos não foram capturados. Fugiram para as matas do Mestre Álvaro e do Mochuara, e alguns chegaram a construir um quilombo na região de Cariacica, conhecida hoje como Piranema, na região de Roda d'Água. Negro Elisiário tornou-se uma lenda para os negros que almejavam a liberdade, pela sua coragem. Passou a ser cognominado o Zumbi da Serra, em alusão a um herói negro conhecido como Zumbi dos Palmares, que formou um quilombo no Nordeste do Brasil, em Pernambuco.

Zumbi, também conhecido como Zumbi dos Palmares, foi um líder quilombola brasileiro que viveu de 1655 a 1695.



Zumbi dos Palmares

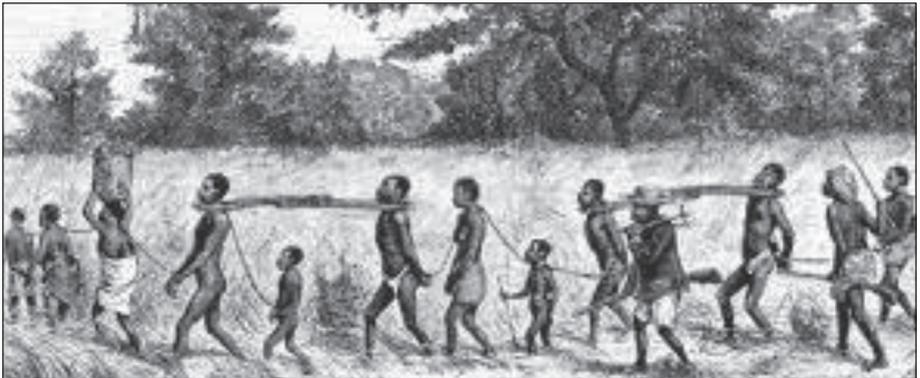


O ESPETÁCULO DO JÚRI

Com a prisão, havia necessidade da punição. Para punir, necessário era que se formasse um espetáculo que mostrasse a legalidade das punições que seriam imputadas aos revoltosos. Assim, no dia 31 do mês de maio, o juiz municipal, Dr. José de Melo e Carvalho, convocou o júri para uma reunião extraordinária com o objetivo da instalação do tribunal para o julgamento dos insurgentes.

O Tribunal foi presidido pelo juiz Dr. Ignácio Accioly de Vasconcelos, tendo como escrivão o Sr. Manoel Gonçalves de Araújo, como promotor, o Sr. Manoel Morais Coutinho. O advogado de defesa foi o padre João Clímaco de Alvarenga Rangel. O jornal "Correio da Victória" publicou notícia sobre o julgamento: "Reuniu-se, no dia 31 do mês passado (31 de maio de 1849), no paço da Câmara Municipal desta Capital, o júri extraordinário, convocado para julgar o processo instaurado contra os escravos que se insurgiram na Freguesia do Queimado no dia 19 do pretérito e tendo-se conservado em sessão permanente até o dia 2 do corrente, às 10 horas da manhã, sentenciou-se cinco a pena última, como cabeças, vinte e cinco a açoites e seis foram absolvidos. Faltam ser julgados quatro que ainda permanecem foragidos e que, com os que já foram julgados, foram pronunciados incurso no artigo 113 do Código Penal".

O historiador Wilson Lopes de Resende, em obra já citada de 1949, com o título "A Insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo", tece elogios ao Frei Gregório, relatando ser o sacerdote um desses heroicos missionários catequistas que sempre se bateram contra a escravidão.





CAPÍTULO 7º **ENFORCAMENTO DE JOÃO DA VIÚVA MONTEIRO** **EXECUTADO DIA 8 DE JANEIRO NO QUEIMADO**



O Escravo João Monteiro, considerado um dos líderes da revolta, foi executado em frente à Igreja de São José do Queimado, no dia 8 de janeiro de 1859, por volta das 6 horas da manhã. O fato histórico é registrado pelo jornal "Correio da Victória," datado do dia 9 de janeiro de 1859, o qual relata, na página 1, que o juiz tinha expedido dois ofícios, sendo um ao delegado da Serra, autorizando-o a executar no Queimado o escravo João Monteiro; e outro para o Padre Vigário de Vitória.

O primeiro ofício solicitava ainda ao Delegado que fizesse seguir para o Queimado, à disposição do alferes da companhia de pedestres João Antonio da Silva, os cinco praças da mesma companhia que ali existem, e aos cidadãos aos quais se entregaram as dez armas daqui remetidas, a fim de assistirem à execução de um dos cabeças da insurreição a qual deve ali ter lugar no dia 8 do corrente, às 6 horas da manhã. Em um segundo ofício, o juiz pediu ainda ao cônego vigário de Vitória que providenciasse a ida de dois padres para acompanhar o sentenciado na hora da execução.



O documento finaliza com a informação do Ofício expedido ao vigário de Vitória, "ofício ao Cônego Vigário da vara d'esta cidade para que providencie a fim de que os dois frades franciscanos existentes n'esta capital, e Vila do Espírito Santo acompanhem um dos cabeças da insurreição que teve lugar na Freguesia do Queimado, e que deve ser ali executado no dia 8 do corrente às 6 horas da manhã, a fim de prestar-lhes os socorros de nossa religião, devendo ambos entenderem-se com o Juiz Municipal a respeito da hora em que têm de partir d'esta cidade".

PUNIÇÃO DOS REVOLTOSOS

João Monteiro, o escravo João da viúva Monteiro, morreu enforcado na Vila de São José do Queimado, no dia 8 de janeiro de 1850. Francisco de São José, o Chico Prego, foi enforcado na Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra, no dia 11 de janeiro de 1850. Outros em número de 25 foram condenados a açoites. A pena de açoite foi executada na Praça do Cais da Alfândega, em Vitória, em pleno dia e à vista de toda a população, "para servir de exemplo".

Os açoites iam de 100, 200 a 1.000 chibatadas, e, segundo o historiador Francisco Eugênio de Assis, "o relho ia caindo seguidamente, salpicando as pedras do calçamento de pedaços dos infelizes. Os cães afluíam ao local, para sorver o sangue que porejava de suas feridas abertas com o látigo. Cada escravo que caísse esperava a morte. Os executores, verdadeiros canibais, disputavam o primado da malvadez e da perversidade na execução do castigo".

NOTÍCIA DE JORNAL - O relato da execução está registrado em jornal da época. CORREIO DA VICTORIA, Nº 03, 09/01/1850 – P. 04: "POST SCRIPTUM - Ontem às 10 horas da manhã, teve lugar, na Freguesia do Queimado, a execução de um dos cabeças da insurreição que ali apareceu em 19 de março do ano passado". Prosegue o documento: "consta-nos que o executado mostrou a maior presença de espírito. O outro que resta tem de seguir hoje para a Vila da Serra a fim de ser igualmente executado. Temos razões para acreditar que os três que se evadiram da cadeia não ficarão impunes porque o Exmo. Sr. Presidente da Província, de acordo como Sr. Dr. Chefe de Polícia, há expedido as necessárias providências para a sua captura".



Morte de Chico Prego na Serra
Pintura do saudoso Antônio Cesar Campos



FRANCISCO DE SÃO JOSÉ, CHICO PREGO
MORRE NO CENTRO DA CIDADE DA SERRA
Crueldade na hora da morte de Chico Prego

O relato da morte de Chico Prego também possui registro em jornal da época. A notícia faz referências ainda à fuga dos presos, cujo cabeça era Elisiário, e o redator ainda se esforça em criticar aqueles que estariam dando guarida aos fugitivos.

NOTÍCIA DO JORNAL "CORREIO DA VICTORIA"
EDIÇÃO DE Nº 05, 16/01/1850 – PAGINA 04

"No dia 11 do corrente, foi executado, na Vila da Serra, o último cabeça da Insurreição do Queimado, que existia na cadeia desta cidade, e que para ali seguiu no interior. A respeito dos três que se evadiram, nada consta, no entanto o Exmo. Sr. Presidente da Província não se descuida de continuar nas diligências de fazê-los capturar. Espalha-se que os próprios senhores lhes dão agasalho; nós jamais acreditaremos em semelhante notícia, pois que concedemos a esses indivíduos muito senso para não verem que um tal procedimento é um atentado contra a lei e segurança, sua e de seus concidadãos."

O Carrasco que realizou o enforcamento de João da Viúva e de Chico Prego chamava-se Ananias e veio do Rio de Janeiro no navio Boa Sorte. A força foi construída pelo Carpinteiro Camilo de Lélis. Na morte de Chico Prego, na Serra Sede, aconteceu um imprevisto. A força não foi suficiente para matar Chico Prego. Foi preciso o carrasco Ananias subir em seus ombros para tentar matá-lo. Mesmo assim, Chico Prego não morreu. Ananias cortou a corda, e o negrão caiu ao chão. Chico Prego só morreu quando Ananias, com um porrete, esmagou-lhe o crânio.





CAPÍTULO 8º

LÍDERES DA REVOLTA: HERÓIS DE UMA LUTA EM BUSCA DA LIBERDADE

Escravo não tinha nome de família no Brasil. Apenas prenome. Não havia o chamado sobrenome. Para sua melhor identificação, recebia o nome da família do seu proprietário. Assim, roubavam do escravo a sua liberdade e seu nome africano. Faustino Antônio de Alvarenga Rangel, proprietário de uma fazenda na região do Queimado, ao adquirir vários escravos africanos, atribuiu-lhes nomes aporuguesados, com base nos textos da Bíblia. Assim surgiu Elizário de Eleazar, que significa "Deus é ajuda". Uma pessoa preparada para ser um escravo doméstico, destacando-se pela inteligência e poder de comunicação seguindo sua trajetória de vida, quase sempre movido pela razão. Herdou o Rangel da família de seu proprietário. Foi dessa forma que surgiu Elisário Rangel

Como segundo homem e um dos principais líderes da revolta, estava o escravo Chico Prego. Chico é a abreviatura de Francisco. Era escravo da viúva Ana Maria, viúva do Senhor José dos Santos Machado, conhecida também como Ana Maria de São José, por ser muito devota de São José, pai adotivo do menino Jesus. A viúva Ana Maria era a proprietária do Sítio Tapera, local usado por Frei Gregório para a construção da igreja.

Chico Prego recebeu o nome brasileiro de Francisco de São José Machado. São José e Machado são nomes acrescentados ao Francisco; o primeiro, por causa da devoção da viúva Ana Maria; e o segundo, Machado, por ser o nome de família da viúva sua proprietária.

O nome Francisco tem origem no latim Franciscus, que veio do germânico Frank, que quer dizer "franco", mais o sufixo isk, que denota nacionalidade. Franco significa "livre", por isso a tradução do nome Francisco é "francês livre". A primeira ocorrência do nome Francisco aconteceu no século XIII. Estando na França quando o filho nasceu, e como era admirador desse país, um homem italiano da cidade de Assis resolveu mudar o nome do filho de Giovanni, variante italiana de João, para Francesco. Esse menino veio a ser São Francisco de Assis, nascido em 1182 e falecido em 1226. Virou santo dois anos após a sua morte, em 1228, pelo Papa Gregório IX. Assim, nos anos de 1800, já estava presente a devoção a São Francisco de As-



sis em todo o mundo católico, de modo especial no Brasil, surgindo então várias pessoas batizadas e nominadas de Francisco. Sua festa é celebrada em 4 de outubro.

Segue-se a lista de ativistas e armeiros: Domingos Corcunda, Carlos, Eleutério, Benedito, João da Viúva, João Pequeno e o irmão de Elisiário, também chamado João.

1 - ELISIÁRIO RANGEL - Chefe da insurreição. Era um negro estudado. Sabia ler e escrever. Tinha sido preparado pelo seu proprietário, Faustino Antônio de Alvarenga Rangel. Destacava-se pela inteligência, já que Faustino Rangel lhe proporcionara a oportunidade de ler e escrever e aprender ofício de carpinteiro.

Estava sempre reunido com o Frei Gregório José Maria Bene e dele recebia ensinamentos religiosos e ideais de liberdade, já que o frei, italiano de nascimento, era contra a escravidão. Foi preso. Na cadeia, liderava os negros para que não se abatessem e rezassem sempre. Misteriosamente, fugiu da cadeia de Vitória. Elisiário tornou-se uma lenda, pois, mesmo perseguido pelas autoridades policiais, não foi mais encontrado, passando a ser um herói entre os negros que almejavam a liberdade. A sua fuga foi cantada em prosa e versos como um "milagre de Nossa Senhora da Penha", já que não houve vestígios de arrombamento na porta da prisão, e o carcereiro, ao ser preso após a fuga, admitira que fora tomado de "um sono profundo".

Segundo a escritora Maria Stella de Novaes, Elisiário "morreu isolado nas matas" e, segundo outros historiadores: "Morreu feliz nas graças da Virgem Nossa Senhora da Penha, com um agrupamento de negros fugitivos, nas matas do Mestre Álvaro e do Morro do Mochuara." Pesquisas revelam que Elisiário e um grupo de negros fugitivos seguiram para uma região após o Morro do Mochuara, em Cariacica, formando um quilombo denominado de Piranema, na região conhecida como Roda d'Água.

2 - FRANCISCO DE SÃO JOSÉ, O CHICO PREGO. QUANDO A PESSOA É MUITO CHATA, ELA É UM "PREGO"

Chico Prego era escravo da viúva Ana Maria, viúva do Senhor José dos Santos Machado, conhecida também como Ana Maria de São José.

Na descrição do escritor João Felício dos Santos, era "um nagô descomunal que tinha para cima de três metros de altura e seis arrobas de peso". Ele era um dos chefes da insurreição. O Chico vem de Francisco, e a palavra Prego na gíria significa chato. Perguntava sobre



tudo o que via. Queria saber de tudo com os mínimos detalhes. No linguajar popular, era um “prego”, um cara muito chato.

Prego também tinha sentido pejorativo, pois se referia a uma espécie de macaco da região do Amazonas. Enquanto Elisiário destacava-se pela inteligência, Chico Prego, negro alto e forte, liderava pelo seu espírito de luta, por sua coragem. Era de poucas palavras. Era pessoa considerada amiga e esperta. Foi condenado à morte na forca. Preso, Chico Prego foi levado para a Serra, viajando a pé as seis léguas. Na Serra, assistiu à construção do patíbulo. Na data e hora marcadas, percorreu as principais ruas da Serra ao som de um tambor surdo e sinos da igreja. O cortejo parava de momentos em momentos para que fosse lida a sentença. Perante a forca, recebeu a última unção religiosa. De mãos atadas, subiu os degraus do patíbulo.

O carrasco Ananias passou-lhe a corda ao redor do pescoço e impeliu o negro para o espaço. Chico Prego ficou pendurado, e não morreu. Ananias subiu nos ombros do condenado e fez uma maior pressão da corda. Cinco minutos depois, a corda foi cortada. O corpo caiu no chão, e o negro ainda agonizava. O carrasco Ananias, com um pedaço de pau, esmagou-lhe o crânio, os braços e as pernas.

DETALHES DA EXECUÇÃO - O relato com detalhes da morte de Chico Prego, Herói da Liberdade na Serra, encontra-se na obra “A Insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo”, de Wilson Lopes de Resende, do Colégio Estadual “Muniz Freire”, tese aprovada no IV Congresso de História Nacional. O livro é das Edições Itabira, Cachoeiro de Itapemirim, 1949, páginas 15 e 16. Chico Prego foi executado na sede da Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra, no dia 11 de janeiro de 1850, “nas proximidades da igreja, para servir de exemplo”.

Sobre o local exato da execução de Chico Prego na sede do Município, no “largo da Igreja”, historiadores informam ter sido o local onde fica atualmente a Praça Ponto de Encontro, próximo à Igreja Nossa Senhora da Conceição da Serra, no Centro da Cidade.

VERSÃO NOVA PARA A PALAVRA PREGO

Recebi, pelo correio eletrônico, em setembro de 2014, um material do escritor capixaba Genilton Vaillant de Sá, natural de Celina, em Alegre, mas residente por muitos anos na cidade Pancas, no norte do estado, já falecido. Em sua página no Facebook, consta:



Missa de sétimo dia de Genilton Vaillant de Sá será sábado, dia 02/07/2016 às 19h, na Paróquia São José, em Maruípe.

O e-mail (Correio eletrônico) enviado a Clério José Borges informa o seguinte: De: genilton.sa@bol.com.br - Enviada: Quarta-feira, 24 de setembro de 2014 23:00. Assunto: Chico Prego: "Contesto veemente a versão pejorativa de que o escravo Francisco fora alcunhado de Chico Prego em razão de sua aparência lembrar um Sapejus (*Cebus apella*), vulgarmente conhecido por macaco-prego, espécie animal que, por sua vez, recebe esse cognome em função dos órgãos genitais, tanto pelo formato do pênis, quanto do clitóris. Francisco de São José (alusão ao nome da proprietária Ana Maria de São José) era escravo na propriedade agrícola".

ESCRAVO DE DONA ANA DE SÃO JOSÉ MACHADO

Continua o escritor Genilton Vaillant: "Assim, Chico Prego era escravo de dona Anna Maria de São José Machado, viúva de José dos Santos Machado, filho do Capitão Francisco dos Santos Machado, falecido em 1793, e de dona Leonor Paes de Lírio, falecida em 08 de abril de 1789".

Continua o saudoso Genilton: "José dos Santos Machado tinha 5 irmãos, entre eles Francisco dos Santos Machado, o Juiz Almotacel ou Almotacé (do árabe al-muhtasib), antigo inspetor encarregado da aplicação exata dos pesos e medidas e da taxaçaõ dos gêneros alimentícios. Em razão dos senhorios Franciscos (avô e neto), que, por certo, também, na intimidade, recebiam o termo hipocorístico de Chico, o escravo era identificado como Chico Preto".

O saudoso escritor de Pancas conclui: "entendo, pois, que, para bem se identificar o juiz Francisco e o escravo Francisco, ambos chamados na intimidade de Chico, distinguia-os a cor. Assim, o juiz Francisco era apenas Chico; e o escravo, Chico Prego, ou seja, preto, brasileiro. Chico Prego, pelo que me consta, era destemido, resoluto, justo, trabalhador e muito respeitado, quer pelos escravos, quer pelos senhorios, motivos pelos quais exercia uma grande liderança. Essa sua postura assente e equânime despertou inveja, rancor e a infâmia de alguns escravocratas que, junto ao governo da província, decretaram a sua humilhação até à morte". Como poeta e trovador, Genilton Vaillant de Sá, que era sócio do CTC, Clube dos Trovadores Capixabas, entidade cultural de divulgação da



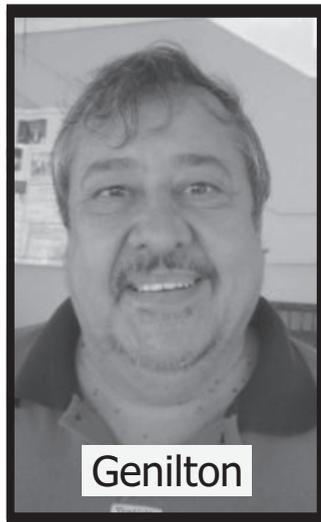
Poesia e da Trova, atual Academia Capixaba de Letras e Artes de Poetas Trovadores, ACLAPTCTC. Genilton enviou um soneto em homenagem a Chico Prego. Soneto: Chico Prego (Apregoador enteu da Liberdade) Soneto decassílabo misto de sáfico e heroico:

Sem demonstrar nenhum medo, sisudo,
a passos firmes segue o seu cortejo,
enquanto o seu algoz, alheio a tudo,
o aguarda com ar de cruel sobejo!

Degraus do cadafalso sobe mudo,
não esboça reação, sequer entejo,
pois tem consciência que, apesar de tudo,
não há de ser em vão o seu desejo!

Guerreiro destemido como um bravo!
Pleno de fé, livra do corpo escravo
a alma, numa exemplar manumissão!

Chico Prego imortal, transcendental,
merece o elã de estar no pedestal
como o Mártir Enteu da Abolição!



Genilton Vaillant de Sá, escritor, poeta e trovador parnasiano, Praia do Canto, Vitória - ES. Nascido em 17 de novembro de 1948 e falecido em 2016.

3 - JOÃO, O PEQUENO. Escravo de Rangel e Silva. Foi um dos líderes da insurreição e por isso condenado à forca. Com Elisiário e Carlos, escravo de João Clímaco, conseguiu fugir da prisão, não constando ter sido mais encontrado. Consta que Elisiário, Carlos e João, o pequeno, formaram, com outros escravos fugitivos, um núcleo de negros que conseguia driblar as incursões dos batedores do mato que caçavam negros fugitivos.

Invocando sempre a proteção divina de Nossa Senhora da Penha, tais negros nunca eram localizados.

4 - JOÃO MONTEIRO, O JOÃO DA VIÚVA, assim chamado porque pertencia à viúva Monteiro, Maria da Penha de Jesus. Foi também um dos líderes da insurreição e condenado à pena de morte. Consta que, no julgamento, disse ser inocente, e que o culpado



era o Frei Gregório de Bene, que prometera liderar o movimento de liberdade e, no momento mais importante, escondera-se dos negros.

Suas declarações são relatadas por carta pelo cônego Francisco Antunes Siqueira, advogado nos autos do processo, ao Presidente da Província, Felipe José Pereira Leal, em 10 de janeiro de 1850.

O escravo João da Viúva foi executado em Queimado, na forca, às 6 horas da manhã do dia 8 de janeiro de 1850, três dias antes da execução de Chico Prego na sede da Vila da Serra.

RELAÇÃO DE OUTROS REVOLTOSOS

Carlos, irmão de Elisiário, escravo do padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel. Foi preso e condenado a morte. Fugiu da prisão, junto com Elisiário, não sendo mais recapturado.

Cândido, escravo do Capitão José Monteiro Rodrigues Velho. Preso. João, escravo do Capitão José Monteiro Rodrigues Velho. Preso e açoitado. Segundo o pesquisador Djailson Martins Rocha, José Monteiro Rodrigues Velho era conhecido como Capitão Velho e foi eleito Juiz de Paz na Serra em 1º de fevereiro de 1849.

Cipriano, escravo de Joaquim José dos Santos. Foi executado, de "forma selvagem", na hora da prisão.

Venceslau. Negro que veio do sertão de Mangaraí. Preso.

Benedito, escravo de José Roriz de Freitas. Preso.

Joaquim, escravo de José Roriz de Freitas. Preso. José Roriz de Freitas era parente de Francisco Roriz, que foi vítima de um disparo de 17 carços de chumbo, desferido por um dos negros revoltosos, comprovando-se a tese de que houve realmente uma insurreição, uma revolta, com tiros desferidos também pelos negros, havendo excessos de ambas as partes. Os negros alegavam que se defendiam, e as Forças Policiais legalistas justificavam estarem cumprindo um dever cívico.

Sebastião, escravo de Faustino Antônio de Alvarenga, foi preso, e seu corpo misteriosamente apareceu boiando nos fundos da casa de Domingos José de Freitas, em Vitória. Segundo as autoridades, o escravo fugiu, lançando-se ao mar e morreu afogado.

OUTROS ESCRAVOS REVOLTOSOS

João Francisco, velho escravo do padre João Clímaco. Com a insurreição, resolveu sair andando sem destino "sonhando com a liberdade." Não estava entre os revoltosos. Foi morto ao ser encon-



trado por policiais no Córrego Aroaba, comprovando-se a tese de que os policiais, na perseguição aos revoltosos, começaram a atirar em todos os negros que surgissem, tivessem eles participado da insurreição ou não.

Eduardo Pinto de Vasconcellos. Escravo que recebera nome de família do seu senhor. Foi condenado às galés perpétuas com trabalhos forçados, já que lhe fora atribuída, sem provas, a autoria dos tiros que atingiram alguns policiais. Conseguiu fugir da prisão com Elisiário, João, o pequeno, e Carlos. Não consta ter sido recapturado.

Manoel Mattos. Escravo acusado, de disparar e ferir o Comandante Varela, no lugar conhecido por Ladeira de João dos Santos. Foi condenado às galés perpétuas com trabalho forçado. Conseguiu fugir da prisão com Elisiário, João, Carlos e Eduardo. Não consta ter sido recapturado.

O pesquisador Fábio Xavier, de Arapoti, Paraná, informa que um dos proprietários de escravos no Queimado era José Rodrigues Lima, que tinha o apelido de Cajuza.



Estátua de Chico Prego na Serra Sede



ESTÁTUA DE CHICO PREGO **CRIADA PELO ARTESÃO TUTE**



Jenésio (Tute)



A estátua de Chico Prego foi inaugurada no ano de 2006, confeccionada pelo artista Genésio Jacob Kuster, conhecido por Tute. Localizada no município de Serra, Estado do Espírito Santo, foi feita em homenagem ao negro escravo e herói Chico Prego, importante líder da Revolta de Queimado, morto por enforcamento na Vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra, no dia 11 de janeiro de 1850.

A estátua, construída com recurso da lei Chico Prego, foi concebida e executada pelo artesão Jenésio Jacob Kuster (Tute), pesa quatro toneladas e, está próxima ao local da execução de Chico Prego, na Praça Almirante Tamandaré, no Centro da Serra. Mede três metros de altura. No ano de 2021, a estátua passou por um processo de restauração. Com recursos advindos do Governo Federal, via Lei Aldir Blanc, a estátua passou por uma série de retoques sob tutela de Tute, autor da obra. Além de alguns retoques devido ao desgaste do tempo, o monumento passou a contar com uma pedra nativa para sua fixação.

Genésio Jacob Kuster, o Tute, da Serra Sede, nasceu em 6 de novembro de 1954, em Domingos Martins, interior do Espírito Santo, e, após o seu casamento, em 1976, mudou-se para a Serra. Em 1991 começou a fazer casaca de madeira tagibubuia, uma madeira de alagadiços que estava em extinção. Após várias pesquisas, descobriu que, com PVC e madeira de eucalipto, daria para fazer belas casacas com ótimo som. Hoje é o maior fabricante de casaca do município.



UM QUILOMBO CHAMADO "SÃO MATEUS" NA REGIÃO DE NOVA ALMEIDA

No relato histórico da Revolta do Queimado, consta que negros de São Mateus participaram da revolta. Há uma informação equivocada dos historiadores: citam como se fosse a região no norte do Espírito Santo, atual Cidade de São Mateus. Os historiadores João Luiz Castello Lopes Ribeiro, Clério José Borges e o saudoso Paulo Negreiros analisaram o caso e acharam impossível. Não há como se acreditar que um grupo de escravos se deslocaram cerca de 250 km sem serem notados, assim como a dificuldade de deslocamento pela mata.

No dia 8 de abril de 2015, os acadêmicos da Academia de Letras e Artes da Serra, ALEAS, Teodorico Boa Morte, Clério José Borges e o saudoso Paulo Negreiros realizaram uma visita técnica e entrevistaram, em Nova Almeida, pessoas de Valter Sepulcro e Orlando Martins da Conceição e, com ajuda do estudante Gustavo Henrique, encontraram os vestígios do antigo Quilombo de São Mateus, na zona rural, a 3 km do centro de Nova Almeida. Assim São Mateus da Revolta do Queimado não é a atual cidade de São Mateus, e, sim, uma vila localizada na época, na região de Nova Almeida, que tinha um total de aproximadamente trezentas casas. A vila é citada pelo ex-prefeito Naly da Encarnação Miranda, na página 42 do livro "Reminiscências da Serra, 1556 - 1983" e foi tema de uma Reportagem do Pesquisador Thiago Dal Col, na Revista NU/ZÊNITE, editada na Serra. São Mateus de Nova Almeida na Serra é uma localidade atualmente extinta.



QUAL O TERMO, QUAL A PALAVRA CERTA: INSURREIÇÃO OU REVOLTA?

Insurreição significa rebeldia. É o ato ou efeito de insurgir, de sublevar contra a ordem estabelecida. É a ordem tipificada pela Lei que foi definida pelo Poder Político constituído, que pode ser libertário ou opressor. Na época, as leis eram a favor da escravidão, punindo duramente qualquer manifestação contrária dos negros.

Assim, para desmoralizar e menosprezar a rebeldia dos negros, a Revolta do Queimado foi definida como insurreição, e seus autores, meros bagunceiros, insurgentes, criminosos mercedores de castigos como chicotadas ou açoite com o "bacalhau", espécie de chicote feito de couro cru retorcido, que variavam em número, conforme a gravidade da falta cometida.

Revolta é diferente. É a construção de um processo político em busca da Carta de Alforria, em busca da liberdade. É planejamento. É a construção de ações para mobilização de pessoas e armas. É um processo de resistência negra à condição de pessoa escrava, que se concretiza por meio das fugas, formação de quilombos e a conquista de espaços nas negociações com os senhores e as autoridades. Frei Gregório era italiano.

O surgimento no Queimado de um padre italiano, amigo da Imperatriz Teresa Cristina, negociando os serviços de construção de uma igreja em troca dos esforços para a obtenção da carta de alforria, foi encarada por todos como um fato crível e possível de acontecer. Os negros acreditaram nas promessas de que esforços seriam feitos e que a ajuda seria possível e se empenharam na construção da igreja nas folgas e nas noites de lua cheia. Na sua carta-confissão, o Frei Gregório deixa claro que não disse que ia soltar todo mundo. Agora não se deve acreditar que houve a promessa do padre de libertar todo mundo, fato que teria levado os negros ao levante. Essa versão é mentirosa. É falta de reconhecimento à capacidade dos escravos de se organizarem e procurarem obter a liberdade por seus próprios meios.

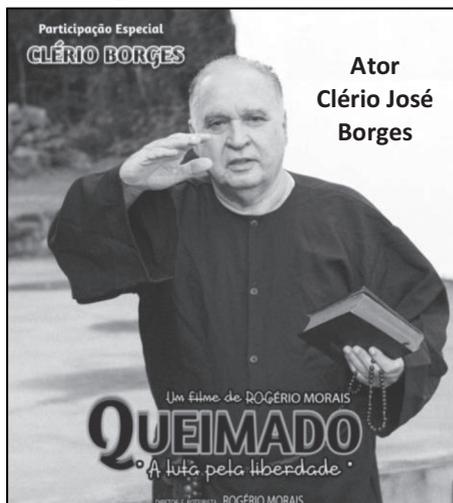


CAPÍTULO 9º **FREI ITALIANO CHEGA À FREGUESIA DO QUEIMADO** **EM 1845 E COMEÇA A CONSTRUÇÃO DA IGREJA**

Gregório José Maria de Bene nasceu em Roma, na Itália. Foi missionário na Índia e chegou ao Espírito Santo em 23 de setembro de 1844, junto com outros capuchinhos, para trabalhar na catequese indígena. Esteve na região de Iúna, Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Depois foi designado para a Freguesia da Serra, que já existia desde 1769, indo trabalhar num lugarejo de nome Sítio Tapera, perto do Queimado até 1847, quando foi nomeado vigário da Freguesia do Queimado, tomando posse da função em julho de 1848, quando a igreja ainda estava sendo construída, antes de sua inauguração.

A criação da Freguesia do Queimado e a indicação do Frei Gregório para dirigir os serviços religiosos da Freguesia foi uma solicitação dos próprios moradores, conforme se comprova do texto da Carta do Presidente da Província, Antônio Joaquim de Siqueira ao Bispo do Rio de Janeiro, datado de 8 de março de 1848: "Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o incluso requerimento dos habitantes do lugar denominado Queimado, e sua circunvizinhança, pedindo a V. Exa. a graça de nomear vigário encomendado dessa Freguesia a Frei Gregório José Maria de Bene, missionário capuchinho. Sendo tal





nomeação de competência de V. Exa., não faço mais com esta ciência do que satisfazer os desejos daquele povo, suplicando que, por meu intermédio, fizesse chegar o dito requerimento à presença de V. Exa., que sobre seu objeto definirá com a sabedoria que caracteriza todos os seus atos”.

Continua o Presidente da Província: “Julgo, porém, do meu dever informar a V. Exa., que, por Lei Provincial, de 27 de julho de 1846, decretada antes da minha administração, foi elevado o sobredito lugar a freguesia, como V. Exa. verá cópia junta, e que nele está sendo erigido aquele missionário, à custa dos fiéis, e por meio de suas exortações um majestoso templo, de pedra e cal, que tem de ser dedicado ao patriarca São José, exercitando a admiração de todos, por sua grandeza, e por se estar fazendo, pudesse dizer, no centro da pobreza. Já vi essa igreja e creio que, concluída, será uma das mais importantes da Província”. (Livro 132 In: ROSA, 1979).

CIVITELLA DEL TRONTO

Ainda sobre a origem de Frei Gregório, pela Internet e por e-mail (Correio eletrônico), o escritor Alessandro Dell' Aira assim relata: “Sou italiano e diretor de escola e tenho 65 anos. Parabéns pelo seu livro sobre a ‘História da Serra’, cuja versão li na Internet. Nasci em Palermo e vivo na cidade de Trento. Não sei de onde era o padre Gregório. Do seu apelido ‘Bene’ não consigo localizar a procedência geográfica, de qualquer forma, a hipótese inicial é que fosse ele também, como o Padre Ubaldo, natural de Civitella del Tronto, pequena cidade do centro da Itália”.

Gregório José Maria de Bene nasceu em Roma, foi missionário na Índia e chegou ao Espírito Santo em 23 de setembro de 1844, junto com outros capuchinhos, para trabalhar na catequese indígena. Após o episódio da Revolta do Queimado, a presença do Frei Gregório foi considerada nociva no Espírito Santo.

O Presidente da Província acabou por “mandá-lo embora.” Os ideais de liberdade pregados pelo frei não foram bem recebidos pelos exploradores da mão de obra escrava. Reuniram todas as queixas possíveis contra ele, com a finalidade de “expulsá-lo do Espírito Santo”. Frei Gregório acabou indo para a região do Amazonas, onde, de 1850 a 1854, evangelizou em vários núcleos urbanos e vilas. Em 1854, deixou os serviços missionários e passou a morar em Manaus, conforme informações do historiador do Amazonas Artur César Ferreira Reis.



CONTO DO VIGÁRIO - Existe a versão pregada pelos brancos da Serra de que a atitude do padre foi "maliciosa e esperta" para com os negros. Frei Gregório desejava realmente promover a liberdade dos escravos. Não prometera conceder a liberdade, e, sim, prometera interceder junto à Princesa Teresa Cristina. Citado como espartalhão e autor do conto do vigário, deve-se resgatar a memória do padre como defensor da liberdade dos escravos. A expressão "conto do vigário" refere-se a um "falso" padre que começou a pedir dinheiro a várias pessoas e depois fugiu de uma cidade no interior do Brasil.

FRACO E MEDROSO - A participação do Frei Gregório foi fraca. Mostrou-se uma pessoa medrosa, sem espírito de liderança para encabeçar o movimento, mas, como italiano, o capuchinho nada podia fazer. Não estava em seu país natal. Era um visitante. Liderar um movimento de revolta contra a legalidade em vigor seria assinar a sentença de expulsão definitiva do país, e isso Frei Gregório não queria, pois já admirava e amava o Brasil e seu povo.

Frei Gregório Maria de Bene foi considerado o grande responsável pela insurreição ocorrida, e, em documento datado de 26 de setembro de 1849, o Presidente da Província, Felipe José Pereira Leal, escreve que Frei Gregório foi "o único capaz de receber a imputação do crime. (...) Amanhã regressam no vapor Guapiaçu Frei Gregório Maria de Bene e Frei Ubaldo de Civitella de Trento. Segundo o escritor italiano Alessandro Dell' Aira, o certo é Frei Ubaldo de Civitella de Trento. Em recente pesquisa da escritora e acadêmica Cinthia Pretti Azevedo, Civitella del Tronto é uma comunidade italiana da região dos Abruzos, província de Teramo, na Itália, com uma área de 77 km², que em 2022 tinha cerca de 5.217 habitantes.

**FREI GREGÓRIO ESCRIVE UMA CARTA JURAMENTO
E AFIRMA QUE OS NEGROS MENTIRAM:
"EU NÃO PODIA E NEM QUERIA DAR-LHES ALFORRIA"**

Em carta juramento que prestou por escrito no dia 25 de março de 1849, dias depois do início da Revolta, Frei Gregório José Maria de Bene negou a acusação de ter liderado os negros. Escreveu, em sua declaração: "Eu não podia, nem devia, nem queria lhes dar carta de alforria". O juramento de defesa feito pelo Frei Gregório José Maria de Bene em prol do seu caráter sacerdotal, diante das conexões de seu nome com os negros rebeldes, foi publicado no jor-



nal CORREIO DA VICTORIA, Nº 28, 21/04/1849 – P. 04: “Sr. Redator, Aqui vai a cópia do juramento que fiz no dia 25 do corrente para defender meu caráter sacerdotal na aleive maliciosa e ímpia que os negros cativos me levantaram para encobrir e defender sua malvada e rebelde conduta. Faça-me o favor de inserir no seu periódico se não houver coisa contrária às leis de sua tipografia. O vigário Frei Gregório José Maria de Bene”.

A CARTA JURAMENTO – Queimado, 26 de março de 1849 - Juramento do padre Frei Gregório José Maria de Bene, vigário encomendado da igreja de São José do Queimado, no dia 25 do corrente diante de JESUS CHRISTO SACRAMENTADO depois da elevação da Sagrada hóstia. “Eu Fr. Gregório, indigníssimo ministro da Cruz, juro diante d’este verdadeiro Deus e verdadeiro homem, e chamo ele em testemunha de minha inocência (na grande e maliciosa aleive que os negros cativos levantaram-me no Queimado e na cidade de Vitória diante das autoridades) juro, repito de novo, que eu não fui causa, nem aconselhei a eles no motim que fizeram no dia de São José, 19 do corrente. Digo também que os Srs. Manoel Salles, José Pinto Lima, sacristão, Manoel Correia e João cativo, da Sra. D. Maria da Penha Pereira, de Una, foram presentes quando os rebeldes cativos constrangeram-me a abrir as portas da própria casa, e ouviram que eu disse abertamente ao infeliz e ímpio Elisiário cativo, escravo do Sr. Faustino Antonio de Alvarenga Rangel, chefe do motim, que eu não podia, nem devia, nem queria dar-lhes carta de alforria, nem dizer alguma coisa relativamente a quanto exigiram de mim e à sua malvada revolta, mas disse-lhes que obedecessem aos seus senhores e voltassem para suas casas, que eu era pronto para patrociná-los”.

NÃO SOMOS COVARDES - Continua o Frei Gregório em sua Carta Juramento: “Digo mais, que, por ordem do Sr. João da Victoria Lima, juiz de paz d’este distrito, e por conselho do Sr. Manoel de O. Campos, eu havia mandado fechar as portas da igreja, e era resolvido de mais não celebrar o Santo Sacrifício e a largar o Queimado, e por tal efeito já tinha mandado fechar as portas. Os Srs. Joaquim Ribeiro, Manoel Correia e José Pinto Lima, sacristão (por causa dos negros rebeldes que cercavam, como me disseram nos matos vizinhos) estavam prontos a executar as minhas ordens: quando já se estavam fechando as portas, apresentou-se em minha casa o senhor



professor Manoel Pinto d'Alvarenga Rosa e dissuadiu-me da minha firme resolução e aconselhou-me de não fechá-las, dizendo que, assim fazendo, era o mesmo que fazer ver aos rebeldes que os brancos do Queimado eram covardes, e que os negros, nessa ocasião, tomariam mais coragem e vantagem em sua revolta a essa representação, eu, homem sem experiência e sem malícia, cedi à sua instância, fiz deixá-las abertas, pensando que esse homem me aconselhasse por puro zelo, por isso é que celebrei a missa, que deixei no meio por medo de ficar vítima dos rebeldes. Porém eu confio neste Deus escondido debaixo dos véus sacramentais que há de defender a minha inocência e confundir os meus aleivosos inimigos. Deus lhes perdoe e use com eles misericórdia. - Frei Gregório José Maria de Bene”.

O ITALIANO FREI GREGÓRIO JOSÉ MARIA DE BENE

Condenar o padre Frei Gregório por uma promessa de liberdade é muito prático pelos que olham os fatos de acordo com os seus interesses. O advogado dos escravos, padre João Clímaco de Alvarenga Rangel, que nascera no Queimado, apresentou versão de que o Frei Gregório era culpado. Tinha interesse, já que era dono de três dos escravos envolvidos na insurreição, um dos quais, Carlos, que fugira da cadeia com Elisiário e nunca mais foi encontrado. O número de escravos que teriam ajudado a levantar o templo, conforme documentos históricos, não passou de vinte. E foram trezentos que participaram do levante.

João Clímaco de Alvarenga Rangel, depois padre João Clímaco, nasceu no dia 30 de março de 1799, na Vila de São José do Queimado, então pertencente à cidade de Vitória, hoje município da Serra, filho de Antônio de Alvarenga Rangel e de Paula Nunes dos Santos. Como advogado destacou-se na defesa dos negros que chefiaram a revolta conhecida como Insurreição do Queimado.

Numa interpretação histórica, observa-se que o principal líder da revolta, Elisiário, aproveitou as ideias do padre, que, em seus sermões, apresentava senhores e escravos como irmãos em Cristo, portanto iguais, num discurso igualitário, próprio do Cristianismo. De forma planejada com bastante antecedência, Elisiário uniu-se a Chico Prego, Domingos Corcunda, Carlos, Eleutério, Benedito, João da Viúva e outros e criaram um movimento que hoje é reconhecido como marco histórico das lutas libertárias do negro em nosso país.



BASTAVA SER NEGRO PARA APANHAR LEI MUNICIPAL DE VITÓRIA AUTORIZAVA PUNIÇÃO

Em 1849, no período imperial do Brasil, o escravo negro, no Espírito Santo, era usado na produção agrícola. Os grandes fazendeiros usavam a mão de obra escrava para trabalhar, principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar, café e milho e viviam humilhados e submetidos a castigos cruéis e desumanos, ansiando por liberdade.

No ano de 1829, uma Lei Municipal de Vitória estabelecia como castigo por problemas na limpeza de ruas e de casas e, por uso de armas. Os escravos e as crianças receberiam entre 24 e 48 palmatórias. Sendo homens pretos, seriam açoitados no pelourinho, isto é, um tipo de mastro de madeira ou ferro erguido nas praças, para as punições em público.

Essa legislação também definia que o escravo encontrado pela cidade sem o "bilhete", um tipo de autorização para ir e vir, seria preso e receberia, no pelourinho, até 200 chibatadas. Tais castigos eram empregados contra quaisquer negros, inclusive livres. Mesmo que uma pessoa não fosse escrava, o fato de ser negra fazia com que ela fosse considerada "suspeita".

IMPERATRIZ TERESA CRISTINA DE BOURBON AMIGA DO PADRE DO QUEIMADO FREI GREGÓRIO

Teresa Cristina (Nápoles, 14 de março de 1822 – Porto, 28 de dezembro de 1889), apelidada de "Mãe dos Brasileiros", foi a esposa do imperador D. Pedro II e imperatriz consorte do Império do Brasil de 1843 até o golpe republicano em 1889. Casou por procuração com Pedro II em 1843. O historiador Benedito Antunes afirma que ela "era amada pelos brasileiros, que a definiram, pela sua discrição, como a 'Imperatriz Silenciosa', e 'a Mãe dos Brasileiros'". O Imperador também elogiou a Imperatriz pelo patrocínio do desenvolvimento



cultural e científico: ela "promoveu a cultura trazendo da Itália artistas, intelectuais, cientistas, botânicos, músicos, contribuindo para o progresso da vida cultural da nação".



NÃO HOUE BAGUNÇA, A IGREJA NÃO FOI QUEIMADA

A vila já possuía o topônimo de Queimado desde 1779, bem antes da Revolta de 1849. A Câmara de Vitória, em documento de 1779 pediu à Rainha de Portugal, Maria I, mãe de Dom João VI, providências contra índios botocudos que aterrorizavam a região do Queimado. Não houve incêndio. A igreja não foi queimada. O nome é devido ao solo turfoso na região do Rio Santa Maria, onde a turfa gera combustão espontânea, queima, daí o nome de Queimado.

No ano de 1849, no período imperial do Brasil, o escravo negro, no Espírito Santo, era usado na produção agrícola. A população escrava brasileira era humilhada e submetida a castigos cruéis e desumanos, ansiando por liberdade, em condições em que fugas, aquilombamentos e revoltas eram constantes. Mas dizer que a revolta foi por causa da promessa de liberdade dos escravos, por seus trabalhos na construção da igreja, é uma falta de reconhecimento à capacidade dos escravos de obter liberdade por seus próprios meios.

A Revolta não foi um ato de bagunceiros. Elisiário era escravo doméstico e letrado. Tinha capacidade para planejar todas as ações, inclusive acertando data, horário e local para o início da revolta e o armazenamento de armas.





Cenas do Filme de João Carlos Coutinho



CAPÍTULO 10º

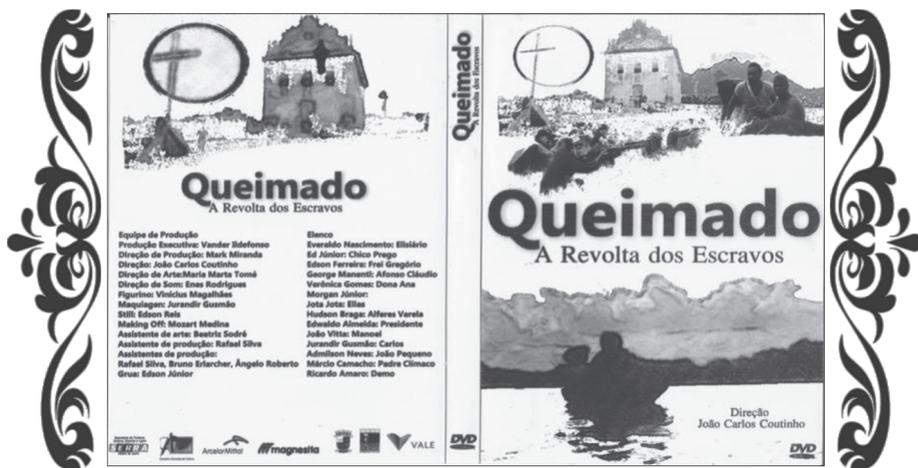
A REVOLTA DOS ESCRAVOS DO QUEIMADO

FILMES DOCUMENTÁRIOS CONTAM A HISTÓRIA

O Filme "Queimado. A revolta dos escravos" relata a saga dos negros escravos do Distrito do Queimado, no município da Serra, ES, que promoveram uma revolta em 1849. A direção é do cineasta João Carlos Coutinho. No dia 14 de março de 2004, foram realizadas filmagens na região do sítio histórico da Igreja de São João Batista de Carapina. Segundo o jornal A Tribuna de 12 de março de 2004, página 05, no Caderno de Cultura, AT 2, "para esta produção, a equipe técnica conta com equipamento de gravação digital, em formato MiniDV, com alta resolução de imagem e som. A finalização e montagem serão em ilha de edição não linear. A ideia é a reprodução do material em película 35 mm, por meio de quimeoscopia".

Já o jornal A Tribuna noticia que João Carlos Coutinho pretende criar um vídeo histórico de caráter itinerante, para que novas ações sejam desenvolvidas no sentido de preservar o patrimônio existente. Ele também pretende criar um debate e novas pesquisas sobre o assunto. O vídeo será exibido em universidades, escolas, praças e cinemas de todo o Brasil. O roteiro é baseado na monografia "Insurreição do Queimado - Episódio da História da Província do Espírito Santo", de Afonso Cláudio.

Continua ainda o texto de A Tribuna: "o movimento marcou a vida de negros e brancos, e sua repercussão pode ser vista mesmo nos dias de hoje, nas ruínas da Igreja de São José, erguida pelos escravos aos domingos e em noites de lua cheia".



ESTREIA DO FILME QUEIMADO

Ocorreu, na quinta-feira, dia 18 de novembro de 2004, a pré-estreia do filme, "Queimado, a Revolta dos Escravos", de João Carlos Coutinho, na Casa do Congo Mestre Antônio Rosa, na Serra Sede. A obra resgata a história da revolta dos escravos do Queimado.

O escritor, poeta e trovador capixaba Clério José Borges tem uma pequena e modesta participação no filme. Em determinado momento, há um diálogo entre Chico Prego, Elisiário e o frei italiano Gregório de Bene, e, logo depois, um dos coronéis, interpretado por Jeremias Hilário dos Santos (57 anos), grita: "Fecha as Portas!!!". Clério José Borges, na figura do Coronel Manoel Oliveira, responde: "Não. Não feche... O que os negros vão pensar de nós?! Que somos covardes?! Se vocês fecharem as portas, eles vão criar muito mais coragem para nos enfrentarem!!!".

Frei Gregório Maria de Bene foi interpretado pelo ator Edson Ferreira. A atriz capixaba Verônica Gomes interpretou Donana (Dona Ana Maria), viúva de José dos Santos Machado, que doou o terreno onde foi construída a igreja. O negro chefe da revolução, junto com Chico Prego, Elisiário, foi interpretado pelo ator Everaldo Nascimento. Chico Prego foi vivido pelo ator Ederaldo dos Santos Monteiro Júnior. Numa cena do filme, o escravo Manoel, que, com sua espingarda, amedrontava acintosamente o Coronel Manoel Oliveira (Clério José Borges), foi vivido pelo ator João Vita.



Elenco do Filme de Rogério Morais

FILME DOCUMENTÁRIO "QUEIMADO A LUTA PELA LIBERDADE" DE ROGÉRIO MORAIS

No dia 20 de junho de 2021, foram realizadas as filmagens do filme documentário: "Queimado, a luta pela Liberdade." Foi um domingo especial, com momentos inesquecíveis. Clério José Borges participou das filmagens vivendo a figura do Frei Gregório José Maria de Bene. Uma promessa não cumprida gerou a raiva naqueles que sofriam a falta de liberdade.

DEPOIMENTO DO ATOR CLÉRIO JOSÉ BORGES: Parabéns, Rogério de Morais Martins, pelo convite e pela confiança na minha modesta e simples performance. Obrigado, Verônica Gomes, pelo apoio e pela orientação. Obrigado, Fernanda Vieira. Obrigado, Adriana Dutra. Um destaque para o ator Marcus Konka, que brilhou na figura do líder da Revolta do Queimado, Eliziário Rangel. Outros atores de destaque: Teodorico Boa Morte - Josvaldo Maria dos Anjos - Irineu Cruzeiro - Bené Freire - Fátima Leandro - Thamires - Eliza, entre outros diletos amigos. E os membros da ACLAPTCTC que atenderam ao convite de Rogério de Morais Martins e participaram como ator e atrizes: Albércio Nunes Vieira Machado - Kaká Ramos - Zenaide Thomes Borges - Kika Amorim - Sandra Gomes - Christal Fraga Borges e Andréia da Silva Fraga. Obrigado a todos. Beijo no coração de todos. Parabéns. Grande Produção. Elenco Sensacional. Rogério de Morais Martins também é acadêmico da ACLAPTCTC - Academia Capixaba de Letras e Artes de Poetas Trovadores. Parabéns pelo belo trabalho.

A pré-estreia do filme foi realizada no dia 10 de novembro de 2021, no Auditório do Centro Cultural de Novo Porto Canoa e contou com a presença de autoridades, atores e seus familiares.



CAMINHADA NOTURNA DOS ZUMBIS CONTEMPORÂNEOS



A cidade da Serra assistiu, no horário da meia-noite do dia 19 de março de 2011, em comemoração aos 162 anos da Insurreição de Queimado, à primeira Caminhada Noturna dos Zumbis Contemporâneos da Serra Sede (ES). Uma caminhada noturna da Serra Sede às ruínas da Igreja de São José de Queimado, organizada pelo escritor

Marco Antonio Pereira, conhecido como Marco Zumbi, e com apoio do Poder Público e dos escritores Clério José Borges e Teodorico Boa Morte, que sempre se revezavam ao microfone falando sobre fatos históricos da revolta dos negros escravos ocorrida no Distrito do Queimado no dia 19 de março de 1849. A Caminhada Noturna dos Zumbis Contemporâneos se propõe justamente a manter viva a memória dos heróis que participaram da revolta. A 10ª Caminhada foi realizada no dia 21 de março de 2020.

A caminhada sempre começa no horário da meia-noite, sempre num sábado, com uma saudação em frente à estátua de Chico Prego, localizada na sede do Município, indo até as ruínas da igreja. São 18 km noite adentro até chegar ao Queimado no início da manhã de domingo. No caminho, um carro de som apresenta artistas com declamações, palavras de ordem e outras intervenções para lembrar a história e fortalecer a militância.

O caminho percorrido é o mesmo que os negros escravizados do Queimado faziam para buscar utensílios na Serra Sede. Faziam a pé enquanto seus proprietários iam a cavalo ou em carroças. Segundo relatos históricos, quando Chico Prego foi capturado, veio no sentido oposto, da Igreja de São José até a Serra Sede, sendo arrastado até a Igreja Matriz para ser enforcado.

Durante a caminhada, sempre ocorrem duas paradas: uma para um café no Sítio Recanto Morro do Céu e outra na Lagoa Sarapongá, conhecida por Lagoa das Almas, local onde eram lançados corpos dos escravizados que não tinham uma cova. Na manhã de domingo, na Igreja de São José, é realizada uma celebração, com participação de integrantes das religiões de matriz africana e igrejas cristãs.



ALDEIAS INDÍGENAS **SERRA ES: 1556 a 1584**

Segunda Aldeia Indígena. Do outro lado da montanha. Depois de uma Epidemia de Varíola em 1564, foram para o outro lado da montanha.

MESTRE ÁLVARO
Montanha com 833 metros de Altura.



Primeira Aldeia de Nossa Senhora da Conceição. Entre o Rio Santa Maria e a Montanha da Serra. Situação em dezembro de 1556



HISTÓRIA DA SERRA - Resumo Histórico

O Município da Serra, ES, teve início com a fundação de uma aldeia dos índios temiminós, de Maracajaguaçu. Seus fundadores foram o próprio Maracajaguaçu, chefe dos índios temiminós, e o padre jesuíta Braz Lourenço. Em 8 de dezembro de 1556, foi celebrada a primeira missa no local, numa pequena capela coberta de palhas, ocasião em que foi fundada a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, hoje atual Cidade da Serra.

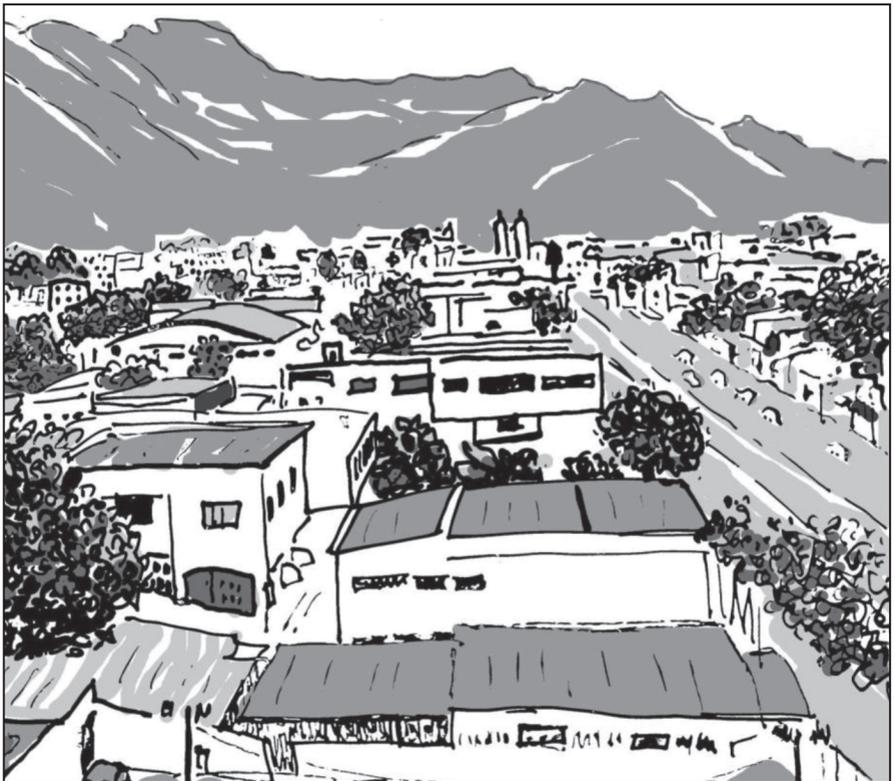
A primeira aldeia indígena ficava próximo ao Rio Santa Maria da Vitória, conforme visita técnica feita pelos historiadores Celso Perota, Clério José Borges e Roberto Vasco. Em 1564, com o surgimento de uma epidemia de varíola, realizou-se uma mudança às pressas, e a Aldeia Indígena de Maracajaguaçu (Gato Bravo Grande) passou para o outro lado da montanha, onde hoje se situa a sede da Serra. Os índios acreditavam que assim se livrariam da varíola, uma doença maligna que causa chagas na pele e mata.

Os índios temiminós, do grupo tupi, residiam na Baía de Guanabara, na Ilha de Paranapuã (seio do mar), sempre em guerra com os tamoios que residiam no litoral. Após perderem algumas batalhas, com a ajuda dos padres jesuítas, pediram asilo a Vasco Fernandes Coutinho, que enviou quatro embarcações para trazê-los para o Espírito Santo, onde ajudariam, como ajudaram na defesa da capitania.



Os líderes dos temiminós foram Maracajaguaçu (Gato Bravo Grande) e seu filho Arariboia (Cobra das Tempestades), que passaram a ser altamente prestigiados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, que havia iniciado a colonização do Espírito Santo em 23 de maio de 1535.

O outro fundador, padre jesuíta Braz Lourenço, foi o segundo provincial do Espírito Santo e residia em Vitória. Braz Lourenço havia chegado de Portugal em 1553, junto com o também jesuíta José de Anchieta. A Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra foi elevada a freguesia por Carta Régia de 24 de maio de 1752, somente instalada em 1769, depois de construída a igreja nova. A freguesia foi elevada a categoria de vila em 1822. O município da Serra foi criado em 2 de abril de 1833, instalado em 19 de agosto daquele ano.





VISITA TÉCNICA EM NITERÓI

Realizada nos dias 24 e 25/08/2018.



Estátua do Gato Maracajá em homenagem a Maracajaguacú, localizada na Pedra da Onça, no bairro de Bananal na Ilha do Governador antiga Ilha de Paranapuá, dos Temiminós, no RJ.



Igreja de São Lourenço dos Índios em Niterói construída na Aldeia Indígena de Araribóia. No dia 22 de novembro de 1573, o Cacique ARARIBÓIA, FUNDADOR DE CARAPINA, batizado com o nome de Martim Afonso de Souza, tomou posse oficialmente da Sesmaria que lhe foi doada.



Estátua de Araribóia em frente a Igreja.

Escritores, Clério José Borges, Edilson Celestino e Roberto Vasco visitando a Estátua do GATO MARACAJÁ em homenagem a MARACAJAGUAÇU, Gato Bravo Grande, fundador da Aldeia Indígena que dá origem a atual Cidade da Serra, ES.



ESTÁTUA DO GATO - No dia 25 de agosto de 2018, visita técnica dos escritores Clério José Borges, Edilson Celestino Ferreira e Roberto Vasco na Estátua do Gato, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro.



Mapa com base em informações históricas e visitas técnicas realizadas na região entre o Rio Santa Maria e o Mestre Álvaro.

ALDEIAS INDÍGENAS

- 1. Aldeia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição do Chefe Maracajaguaçu (Gato Grande) em 1556**
- 2. Aldeia Indígena de São João Batista, do chefe Araribóia, (Cobra Feroz) 1562**

MESTRE ÁLVARO
Montanha com 833 metros de Altura.

Aldeia Nossa Senhora da Conceição, de Maracajaguaçu, entre o rio e a montanha. No Sopé, na base, da montanha. (1556).

Aldeia de São João Batista, do Chefe Araribóia. Distante meia légua (3,5km) da primeira Aldeia da Conceição e distante três a quatro léguas da Vila de Vitória.



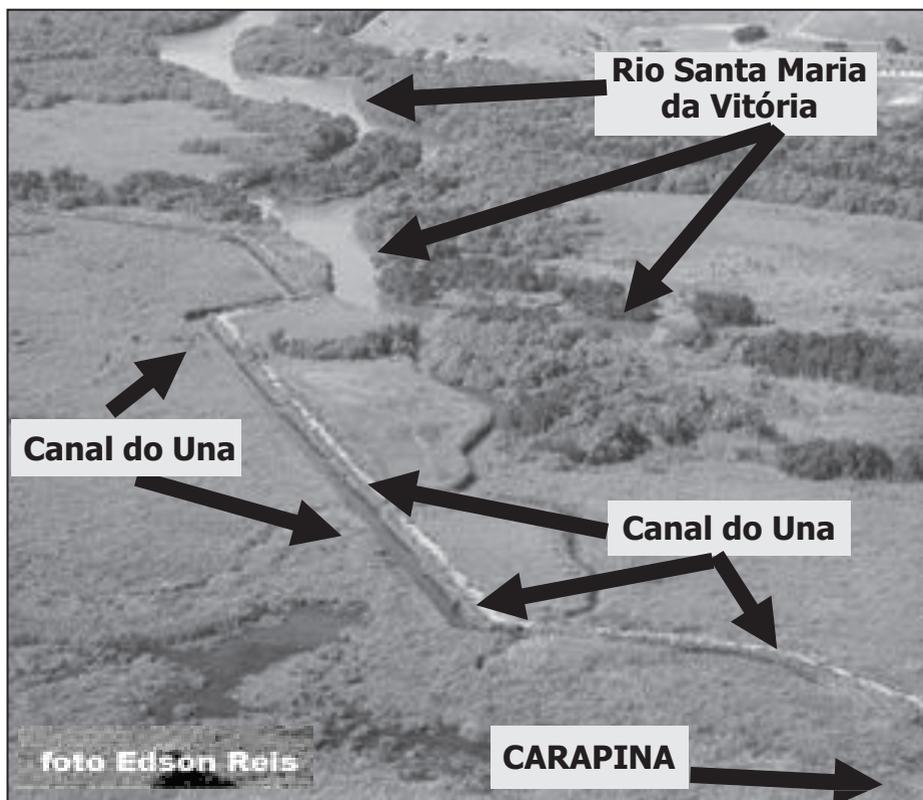
MAPA CONJECTURAL DAS ALDEIAS DA SERRA

Fonte: Cartas dos Jesuítas e Escritor Serafim Leite.
Criação de Clério José Borges com base numa ideia de Antônio de Oliveira Junior, em trabalho Acadêmico de 2008.



AS FAZENDAS DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

Os jesuítas tinham quatro grandes fazendas no Espírito Santo: Muribeca, no sul, próximo à divisa com o Rio de Janeiro, no atual município de Presidente Kennedy, destinada à criação de gado. Uma segunda fazenda era a de Araçatiba, em Viana, destinada à produção de açúcar. Uma terceira fazenda era em Itapoca, em Cariacica, também destinada à produção de açúcar. Uma quarta fazenda era a de Carapina e destinava-se à plantação de legumes. Todas abasteciam o Colégio dos Jesuítas de Vitória e as igrejas e residências dos jesuítas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.



CAPELA DE SÃO JOÃO BATISTA DE CARAPINA
Patrimônio Histórico Cultural Capixaba



Localizada em Carapina, Serra ES. Obra secular cuja construção original foi iniciada em 1584 e terminada em 1586. Edificada em alvenaria com pedras de coral e argamassa feita com óleo de baleia. Um dos patrimônios arquitetônicos mais antigos do Brasil. Marco da presença dos jesuítas em terras capixabas. Na região, o chefe indígena Arariboia construiu a aldeia que deu origem à atual Carapina, e o padre José de Anchieta realizou o seu 1º milagre em 1569.



ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DA SERRA



Fundação da ALEAS. Discurso de Posse de Clério José Borges, eleito o 1º Presidente da Academia. Na foto, Clério, Carlos Dorsch e Naly Miranda.

Em 28 de agosto de 1993, foi fundada a Academia de Letras e Artes da Serra-ALEAS, entidade cultural reunindo poetas, trovadores, escritores, artistas plásticos e intelectuais nascidos ou residentes no município da Serra, cidade localizada no Estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do

Brasil. Há muitos anos, existia na Serra a ideia de criação de uma Academia de Letras. Contudo faltava alguém para tomar a iniciativa do movimento. Clério José Borges, morador de Eurico Salles, como presidente do Clube dos Trovadores Capixabas, elaborou, em agosto, uma carta convocando intelectuais serranos, e a reunião foi marcada para o dia 28 de agosto de 1993, na Câmara Municipal da Serra, presidida pelo próprio Clério. Na ocasião, formou-se a primeira diretoria da ALEAS, leram-se e aprovaram-se os estatutos, e procedeu-se à admissão dos primeiros acadêmicos fundadores. A sessão foi solene, com o canto do Hino Nacional e discursos de Clério José Borges, eleito Presidente da ALEAS; Carlos Dorsch, Secretário; e Naly da Encarnação Miranda, Presidente de Honra.

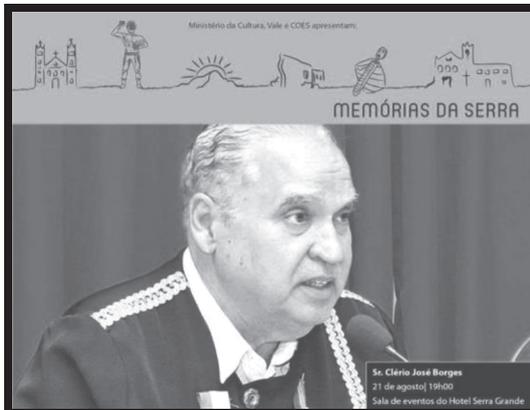
POSSE DOS FUNDADORES DA ALEAS

No dia 11 de março de 1994, a cidade da Serra agitou-se culturalmente com a posse oficial dos acadêmicos fundadores, constituindo-se o evento numa magnífica festa com banda de música e banda de congo, além da presença de destacadas figuras da política e da sociedade serrana e do estado.





FIQUE SABENDO



MEMÓRIAS DA SERRA

Dia 21 de agosto de 2018, Clério José Borges participou como palestrante do Projeto Memórias da Serra.

FUNDAÇÃO: A fundação da Serra ocorreu no dia 8 de dezembro de 1556, quando foi rezada a primeira missa na Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, dos temiminós. Os fundadores da Serra foram o padre Braz Lourenço e o chefe indígena Maracajaguaçu.

PRIMEIRO NOME: O primeiro nome da Serra foi Aldeia de Nossa Senhora da Conceição ou Aldeia do Gato, numa referência a Maracajaguaçu, que significa Gato Grande. Depois foi chamada de Aldeia da Conceição da Serra e depois Serra.

LOCALIZAÇÃO: A Serra está localizada na região Sudeste do Brasil, no Espírito Santo, na Região Metropolitana da Grande Vitória. O município da Serra é rico em belezas naturais, folclore, potencialidades turísticas e industriais. Possui também uma localização estratégica, ficando num raio de apenas mil quilômetros dos principais centros comerciais e industriais do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, além de ficar no centro econômico e administrativo do Espírito Santo.

ORIGEM DO NOME: O topônimo (nome do lugar) está relacionado à origem da cidade, ao lado do Monte (Morro) do Mestre Álvaro, que parece uma cadeia de montanhas, uma serra.



O município de Serra se limita ao norte com o município de Fundão, através dos rios Timbuí e Reis Magos; ao sul, com os municípios de Vitória e Cariacica; a leste, com o Oceano Atlântico; e a oeste, com o município de Santa Leopoldina.

O município está dividido em cinco distritos: a Serra Sede, Calogi, Carapina, Nova Almeida e Queimado.



No dia 11 de dezembro de 2014, o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, exibiu reportagem sobre a Revolta do Queimado, em um trabalho da TV Gazeta de Vitória, Espírito Santo. O Repórter Mário Bonella entrevistou Clério José Borges de Sant Anna, escritor, poeta trovador e historiador capixaba, autor do livro História da Serra e entrevistou também o videomaker e jornalista Aurélio Carlos Marques de Moura. Tema da Reportagem: a necessidade da restauração das ruínas da Igreja de São José do Queimado.





DOCUMENTOS HISTÓRICOS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

Estado do Espírito Santo Município de Serra
Comarca de Vitória Distrito de Queimado

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Edgard Saut-Cima

Escrivão do Juízo de Paz e Oficial do Registro Civil do Distrito de
Município de Serra, Estado do Espírito Santo
e República Federativa do Brasil, por nomeação na forma da Lei, etc

Oficial do Registro Civil Queimados Mun. da Serra

Certidão de Batismo

Certidão de Batismo de Afonso Cláudio de Freitas Rosa

Certifico que revendo os Livros dos termos de Batismo realizados nesta Parochia, encontra-se o seguinte assento sob:

Folha 39 V, registro, anno de 1859

Aos nove dias do mez de outubro de 1859 nesta Igreja Parochial de São José do Queimado baptizei solennemente a Affonso, filho legitimo de Jose Claudio de Freitas, e de Roza Pinto da Conceição. Foi protectora Nossa Senhora da Conceição, e padrinho Manoel da Rocha Pimentel, do que fiz este assento, que por verdade assignei.

Vigário Luiz Ferreira Lopes Wanzeller Vigario Collado.
Vitória, 21 de outubro de 2003

Pe. Arnóbio Passos Cruz



REFERÊNCIAS SOBRE O AUTOR

“Caro Clério, recebi sua correspondência, razão por que, após uma leitura atenta, cuidei em responder dentro da maior brevidade possível. Obviamente, que me refiro também ao grande prazer de ter sido homenageado por você, quando do envio de sua antológica obra HISTÓRIA DA SERRA, que, certamente, representa um marco original, não somente pelo fato de sua merecida premiação, como eleito que fora em primeiro lugar, em pesquisa realizada entre poetas e escritores exponenciais do Brasil e do exterior, mas como autor do melhor livro do ano de 1998 – gênero prosa. Seu livro destaca-se em razão da irretocável retórica de reconstrução que ele contém, que leva o leitor a conhecer ou reconhecer, como num agradável passeio, a história do povoamento do Município da Serra. Notadamente, o livro é fruto daquele que foi agraciado com o dom literato, que se complementa com apurada pesquisa e levantamento de dados sobre assuntos abordados em documentos históricos, localizados em diversos lugares do país. Incontestavelmente, extraio como iniciativa admirável, moderna e atuante, própria de personalidades empreendedoras como a sua, em que a preocupação e o zelo com a preservação da memória de nossas origens externaram-se na confecção de um trabalho de tamanho significado, principalmente, para nós, que aqui, orgulhosamente, incluo-me, cidadãos serranos. Portanto não posso ao ensejo furtar-me ao prazer de parabenizá-lo como o melhor, externando que, com o mesmo prazer, serei dedicado em recomendar tão importante e inolvidável obra. Meu cordial abraço. Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa.” O autor, já falecido, era acadêmico da Academia Espírito-santense de Letras e da Academia de Letras e Artes da Serra.

=====

“Quero saudar o Acadêmico Clério José Borges por sua brilhante obra, “História da Serra”, merecedora dos mais extraordinários elogios, fruto de uma pesquisa séria e de grande valor. Parabéns.” Acadêmico e Deputado Federal Feu Rosa.

=====

Telegrama: “A Academia de Letras e Artes da Serra parabeniza o nobre acadêmico pela premiação melhor livro de 1998, gênero prosa, História da Serra, pela Sociedade de Cultura Latina do Brasil. O prêmio faz jus pelo valor cultural do livro, bem como qualifica o nobre confrade como grandioso e brilhante escritor. Sandra Gomes, Presidente da Academia de Letras e Artes da Serra, ALEAS (1999).



"Mogi das Cruzes, 20 de janeiro de 1999. Excelentíssimo Sr. Escritor Clério Borges de Sant'Anna. Por meio desta, vimos parabenizar Vossa Excelência pela expressiva votação popular conquistada na eleição de "Os Melhores de 1998". Aproveitamos o ensejo para informar a Vossa Excelência que a obra intitulada "História da Serra" foi eleita como um dos melhores livros de 1998, em prosa. A cerimônia oficial de premiação dar-se-á em abril de 1999. Sem mais, despedimo-nos. Professora Maria Aparecida de Mello Calandra, IWA, Presidente da Sociedade de Cultura Latina do Brasil, CGC: 01. 208. 554/0001 – 41 – Mogi das Cruzes – São Paulo."

=====

"Clério Borges, com sua "História da Serra" (1998), relata-nos praticamente toda a história de uma região do Espírito Santo, desde os tempos das capitâneas hereditárias até o presente momento. (...) Sua "História da Serra" é uma grande obra.

Cada capítulo é praticamente um livro elucidativo, com detalhes impressionantes que nos levam à história do Espírito Santo e do Brasil, com lances ímpares. (...) Obra aconselhada a estudantes de história." Euclides Porto Campos – Historiador – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

=====

"Premiado – O livro História da Serra, de autoria do presidente do Clube dos Trovadores Capixabas, Clério Borges, ganhou o primeiro lugar como o melhor livro de 1998, no gênero prosa. Jornal "A Gazeta", de Vitória, ES, coluna Victor Hugo, de 03 de fevereiro de 1999.

FONTES DE PESQUISAS

Estas são as fontes em que o autor se baseou para escrever este livro:

ASSIS, Francisco Eugênio de - Dicionário Geográfico e Histórico do Espírito Santo - Vitória, 1941.

BORGES, Clério José - O Trovismo Capixaba - Editora Codpoe - Rio de Janeiro, 1990. 80 páginas. Ilustrado. História da Serra - Edição do Autor - Serra ES, 1998. 272 páginas. Ilustrado.

CARDOSO JR., Nourival - "Agora é a vez da Cultura Popular", Folheto colorido elaborado pela Prefeitura da Serra em 1989.

CLAUDIO, Afonso - Insurreição do Queimado - Episódio da história da Província do Espírito Santo. Fund. Ceciliano Abel de Almeida. Vitória, 1979.

DAEMON, Basílio Carvalho - Província do Espírito Santo, Sua Descoberta, História, Cronologia e Sinopse Estatística - Tipografia Espírito-santense - Vitória, 1897 - 513 páginas.



O caso que vou contar
Não é imaginação
São arrancados do peito
Brotados do coração
E serve para mostrar
A história da Insurreição

Gregório José de Bene
Um padre bom e letrado
Pelas ideias que deu
Não foi bem interpretado
Desse modo aconteceu
A insurreição de Queimado



Kátia Bobbio



Ruínas de Queimado

*Oh! queimado,
Ao olhar para suas ruínas,
Símbolo dos ideais de liberdade,
Tenho a ilusão de que ouço ainda
Os gritos de protestos daqueles heróis
Ante as vãs promessas de alforria.
Ouço o desmoronar das paredes
Que tombavam junto com o sonho.
Ouço os gritos rudes de seus algozes
Contra os seus clamores de liberdade.
As paredes ruirão, ante o nosso descaso.
Não importa. Caiam as paredes e virem pó.
Nós reergueremos o sagrado monumento
Em honra do suor e sangue de seus mártires.
Viva Chico prego e todos os heróis da liberdade,
Viva São José do queimado.*

Roberto Vasco, 30/03/2015.





QUEIMADO, RELICÁRIO DE HERÓIS **Clério José Borges**

É o grito de liberdade
na planície e no sertão...
Terra de sangue banhada
e aqui faço a louvação
aos heróis do Queimado
Elisiário, Chico e João.

Em sangue, meu coração,
sente a dor dos meus irmãos
que por um ideal lutando,
liberdade, bem querer,
viviam sempre sonhando
e a única glória foi sofrer.

Mortes de heróis tão amados,
resgate de luta insana.
Sonhos tão despedaçados
na liberdade prometida,
conflitos e sofrimentos.
Promessa não resolvida.

Nestes versos vou lembrar
Não há neste continente
Lugar de maior valor
Que minha casa singela
Onde mora um trovador
Pois a mulher manda nela
Porém nos dois manda o amor